



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão

Ano 2024

Índice

Nota Introdutória	4
Nota Prévia	4
Enquadramento	5
Principais resultados	6
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos	7
Introdução.....	7
Trabalhadores por cargo/carreira	7
Trabalhadores por Género	7
Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego	8
Trabalhadores por Estrutura das Idades.....	8
Trabalhadores por estrutura habilitacional	9
Motivos de ausência por cargo / carreira.....	9
Horas de Formação por cargo / carreira	9
Conclusões	10
Capítulo II – Reporting financeiro	10
1. Análise orçamental	11
1.1 Receita.....	13
1.1 Receita própria	15
1.1.2 Transferências obtidas	17
1.1.3 Passivos Financeiros	19
1.2 Despesa	20
1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital	21
1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital	23
1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços.....	27
1.3 Resultado orçamental.....	28
1.4. Principais indicadores orçamentais	29
2. Análise económica-financeira.....	31
2.1. Balanço	31
2.2. Demonstração de resultados.....	31
2.3. Indicadores económico-financeiros.....	36
2.4. Equilíbrio orçamental	42
2.5. Endividamento Municipal.....	43

2.6. Dívida Global.....	43
2.6.1 Prazo médio de pagamentos.....	44
3.Contabilidade de Gestão.....	45
3.1. Análise de custos por bem ou serviço.....	46
4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso.....	48
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	48
Capítulo III – Reporting de atividades	49
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica	49
1.2 Das Funções Sociais.....	51
1.3 Das Funções Económicas.....	56
1.4 Das Outras Funções.....	56
2. Grandes Opções do Plano	57

Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei 75/13, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Além dos diplomas já referenciados anteriormente, o documento agora apresentado foi elaborado à luz do preconizado por diversos diplomas legais, de entre os quais se destacam, todos na sua redação atual:

- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de enquadramento orçamental;
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Regime jurídico da recuperação financeira municipal;
- Lei n.º 24-D/2023, de 30 de dezembro - Orçamento do Estado para 2024;
- Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de fevereiro - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024;

De referir ainda que os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2024, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Enquadramento

Conforme decorre do estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **é competência dos Órgãos do Município a aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas.**

Nessa sequência, dando cumprimento ao preceituado na referida Lei, apresenta-se a **Prestação de Contas referente ao exercício de 2024.**

Considerando que o novo referencial, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que define todos os procedimentos para a prestação de contas públicas com intuito de traduzir de forma clara e consistente as atividades desenvolvidas em 2024 pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira, de modo a que todos os que se interessam pela atividade e gestão municipal disponham dos elementos necessários para avaliar o que foi feito, os meios disponíveis e a eficácia e eficiência da sua utilização (informação financeira e não financeira), nomeadamente:

- Proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras;
- A responsabilização pela prestação de contas;
- A tomada de decisões.

De referir ainda que o **relatório de gestão** integra os documentos de prestação e contas, e foi elaborado com base na estrutura conceptual plasmada na NCP1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Deve ser lido em complementaridade com as notas às demonstrações financeiras constantes no documento da **Prestação de Contas de 2024.**

Assim, e com intuito em se responder às necessidades que a comunidade sardoalense têm vindo a sentir, o ano de 2024, foi o ano de se retomar à normalidade, dando continuidade à atividade do Município.

Contudo, o ano de 2024, foi vivido tendo em conta incertezas, ao nível macroeconómico, nomeadamente:

- As tensões geopolíticas associadas à guerra na Ucrânia, que fez inflacionar os bens energéticos e alimentares;
- A elevada taxa de inflação que implicou um risco de maior restritividade da política monetária;
- O conflito entre Israel e Gaza que originou a continuidade das elevadas taxas de inflação.

- Ao ritmo dos avisos de abertura dos diferentes instrumentos de apoio, tais como: o Quadro Comunitário 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência e o Plano de Revitalização do Pinhal Interior.

Assim, tais fatores, no ano de 2024, tiveram um impacto muito relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

Tal como no ano anterior, o presente relatório irá dividir-se em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento do ano 2024, bem como a situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

Principais resultados

Destacam-se os seguintes resultados:

- Taxa de execução da receita – **90%**;
- Taxa de execução da despesa – **81%**;
- Resultado Líquido do período **negativo - € 329 921,20**;
- **Diminuição** da Dívida Total - **€ 659 883,74**;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **0 €**;
- Prazo médio de Pagamentos – **81 dias**;

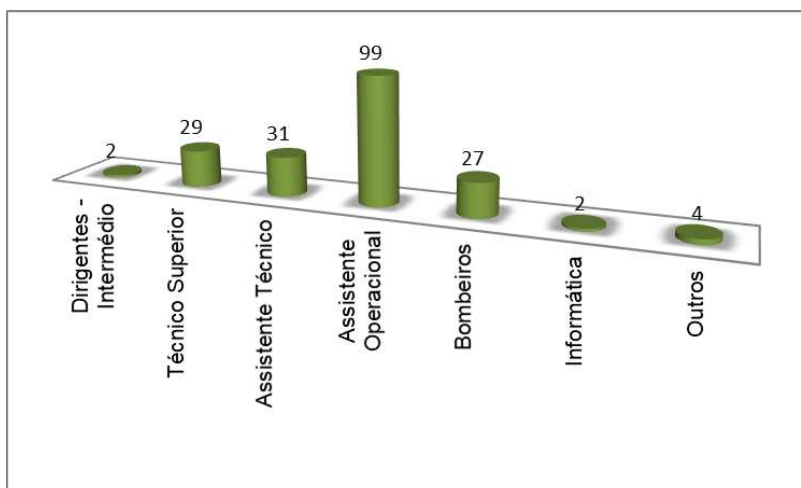
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

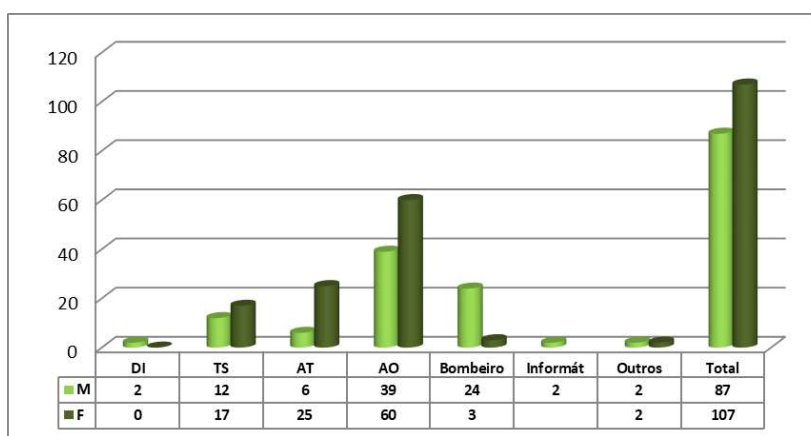
No seguimento de anos anteriores, e no atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

Trabalhadores por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

Trabalhadores por Género

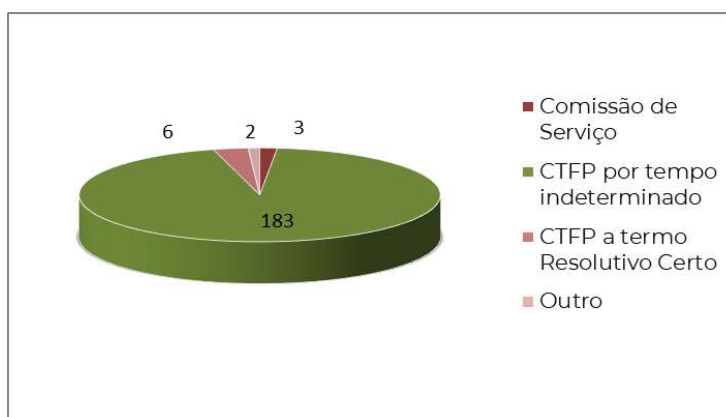


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

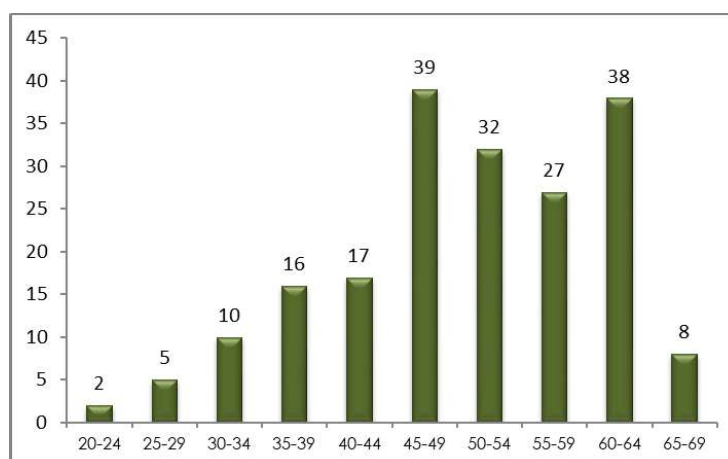
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		29	31	93	26	2	2	183
CTFP a termo Resolutivo Certo				6				6
Outro							2	2
Totais	2	29	31	99	27	2	4	194



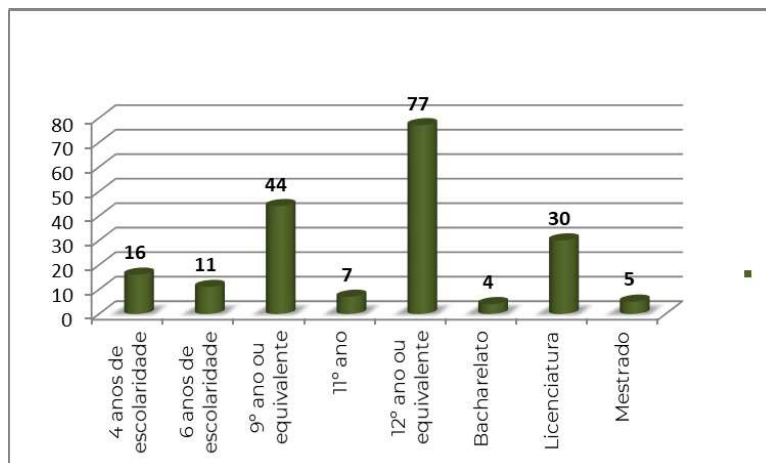
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

Trabalhadores por estrutura habilitacional

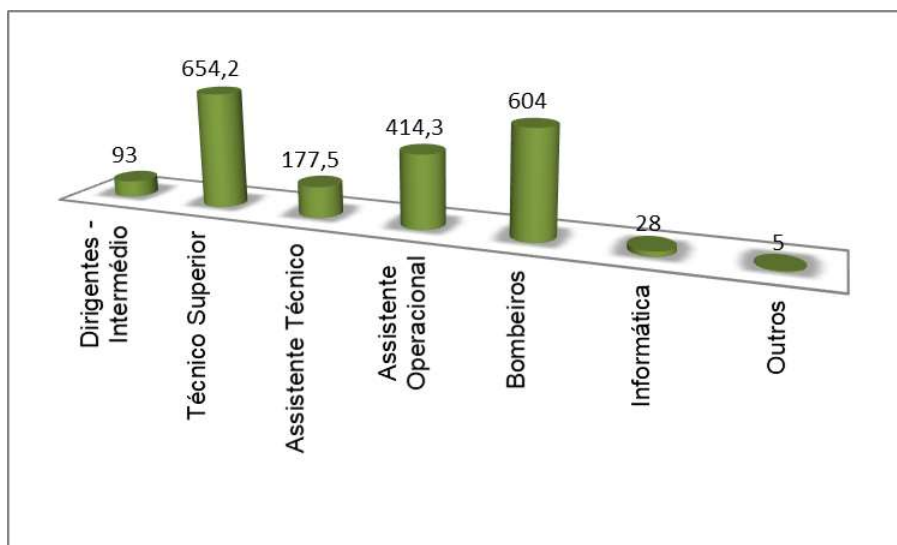


Trabalhadores segundo as habilitações

Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Casamento	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	15,0
Proteção na parentalidade	0,0	0,0	15,0	425,0	147,0	0,0	0,0	587,0
Falecimento de familiar	0,0	12,0	10,0	45,0	9,0	0,0	0,0	76,0
Doença	0,0	320,0	1 037,0	2 744,0	279,0	21,0	0,0	4 401,0
Por acidente em serviço ou doença profissional	0,0	144,5	0,0	99,5	0,0	0,0	0,0	244,0
Assistência a familiares	0,0	32,0	33,0	135,0	15,0	0,0	0,0	215,0
Trabalhador Estudante	0,0	0,0	0,0	9,0	32,0	0,0	0,0	41,0
Por conta do período de férias	1,0	21,0	31,5	18,0	2,0	0,0	10,5	84,0
Com perda de vencimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Greve	0,0	6,0	10,0	130,0	0,0	0,0	0,0	146,0
Injustificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	1,0	535,5	1 136,5	3 620,5	484,0	21,0	10,5	5 809,0

Horas de Formação por cargo / carreira



Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 194, sendo 87 homens e 107 mulheres, mantendo-se o mesmo número de trabalhadores que no ano de 2023;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (99 trabalhadores), registando uma diminuição de um trabalhador face ao ano anterior;
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 94% tem CTFP por tempo indeterminado, mantendo-se o mesmo numero de trabalhadores, 183 Trabalhadores;
- Ao nível dos escalões de idades, 33 trabalhadores têm idades entre os 55 e 59 anos, verifica-se ainda que 33 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação à escolaridade, 77 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 39 trabalhadores tem o curso superior;
- 76% das ausências são motivadas por doença.

Capítulo II – Reporting financeiro

Considerando que o Sistema de Normalização Contabilística, direcionado para a Administração Pública (SNC-AP) foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e que já vigora desde 01 de janeiro de 2020, em que a prestação de contas tem sido elaborada ao abrigo deste novo normativo contabilístico, tendo-se procurado, de ano para ano, melhorar a informação a prestar.

De acordo com o preâmbulo do diploma que o aprovou, o SNC-AP permite a implementação do regime do acréscimo na contabilidade e relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a atual base de caixa modificada. Ao mesmo tempo, promove a harmonização ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, sendo o atual normativo constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental**, de **contabilidade financeira** e de **contabilidade de gestão**.

Conforme consta no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, “o SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, como por exemplo:

- Evidência a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Contribui para uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- Proporciona informação para o cálculo dos gastos dos serviços públicos;
- Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- Proporciona informação útil para a tomada de decisão do órgão de gestão;

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 11,256 milhões de euros, dos 12,469 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2024, de 90%, pelo que foi cumprido objetivo previsto, afastando-se assim do previsto no art.º 56 da Lei das Finanças Locais.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a **receita** orçamentada, corrigida e cobrada em 2024.

Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2024	Receita Corrigida 31/12/2024	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	7 985 707,00	7 985 707,00	7 248 345,43	91%
Impostos directos	582 475,00	582 475,00	567 411,18	97%
Impostos indirectos	1 659,00	1 659,00	2 197,90	132%
Taxas, multas e outras penalidades	20 317,00	20 317,00	21 106,58	104%
Rendimentos da propriedade	992 642,00	992 642,00	215 121,86	22%
Administração Central - Estado Português	6 028 118,00	6 028 118,00	6 124 577,01	102%
Administração Central - Outras Entidades	46 202,00	46 202,00	124 139,27	269%
Outras	70 363,00	70 363,00	21 107,91	30%
Venda de bens e serviços	232 089,00	232 089,00	171 229,81	74%
Outras receitas correntes	11 842,00	11 842,00	1 453,91	12%
Receita Capital	5 329 553,00	4 414 238,00	3 945 034,45	89%
Venda de bens de investimento	8 988,00	8 988,00	117,25	1%
Administração Central - Estado Português	4 329 900,00	3 644 053,00	3 358 646,33	92%
Outras receitas de capital		5 000,00	2 642,04	53%
Receita com passivos financeiros	990 665,00	756 197,00	583 628,83	77%
Outras Receitas	6 166,00	68 717,00	62 781,18	91%
Reposições não abatidas pag.	6 166,00	6 166,00	230,18	4%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		62 551,00	62 551,00	100%
Receitas Totais	13 321 426,00	12 468 662,00	11 256 161,06	90%

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 91%, e atingiu os 7,248 milhões de euros.

O capítulo em destaque é o **Administração Central - Estado Português**, com um montante de receita cobrada de 6,125 milhões de euros e execução de 102%. Neste grupo, com uma representação de 55%, distinguem-se as receitas provenientes do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 3,354 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 63 mil euros face ao ano de 2023.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 3,945 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 89% face à receita de capital corrigida.

Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Administração Central - Estado Português** no montante de 3,359 milhões de euros, registando um aumento no valor de 1,992 milhões de euros, face ao ano anterior.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da **despesa** orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2024	Dotação Corrigida 31/12/2024	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	7 640 366,00	9 076 050,00	8 150 101,56	90%
Remunerações Certas e Permanentes	3 494 537,00	3 505 758,00	3 487 417,79	99%
Abonos Variáveis ou Eventuais	163 718,00	191 394,00	188 341,33	98%
Segurança Social	903 733,00	984 489,00	957 896,75	97%
Aquisição de bens e serviços	2 139 264,00	3 095 385,00	2 394 350,38	77%
Juros e Outros Encargos	75 242,00	200 474,00	184 012,23	92%
Administração Central - Estado Português				
Administração Local	262 341,00	305 048,00	237 379,61	78%
Entidades do Setor não Lucrativo	84 612,00	103 474,00	88 164,34	85%
Famílias	338 761,00	453 967,00	428 904,87	94%
Outras	86 796,00	100 831,00	73 794,43	73%
Subsídios Correntes	24 782,00	32 065,00	28 814,50	90%
Outras Despesas Correntes	66 580,00	103 165,00	81 025,33	79%
Despesas de Capital	4 497 797,00	3 392 612,00	1 966 239,73	58%
Aquisição de bens de capital	4 036 166,00	2 176 474,00	1 187 969,14	55%
Administração Local	27 500,00	9 761,00	6 543,41	67%
Entidades do Setor não Lucrativo	24 545,00	31 045,00	25 229,90	81%
Outras Despesas de Capital		25 000,00		
Despesa com ativos financeiros	100,00	100,00		
Despesa com passivos financeiros	409 486,00	1 150 232,00	746 497,28	65%
Despesas Totais	12 138 163,00	12 468 662,00	10 116 341,29	81%

A **despesa corrente** paga apresenta uma execução de 90%, e atingiu pagamentos na ordem dos 8,150 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2024, os 4,634 milhões de euros e uma execução de 99%.

A **despesa de capital** paga, no montante de 1,966 milhões de euros, regista uma execução de 58%.

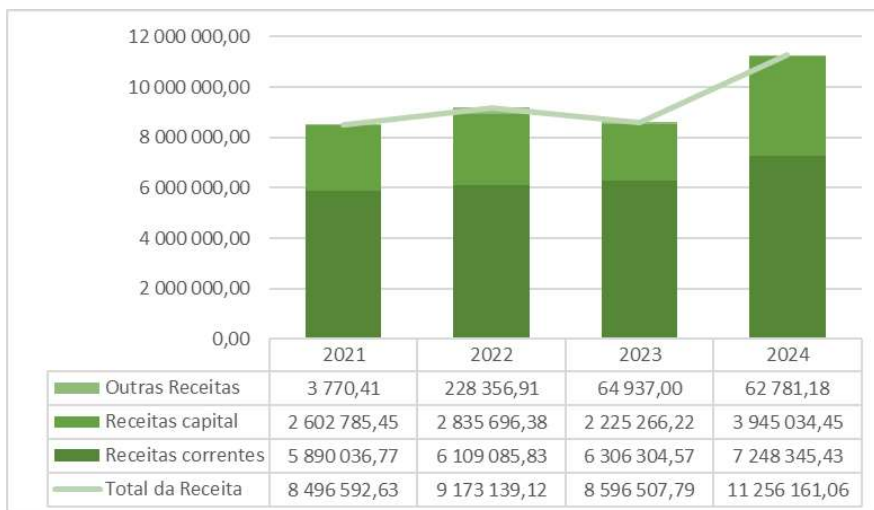
A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 55%, e cujo montante de despesa paga atingiu os 1,188 milhões de euros.

A **despesa total** paga (10,116 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (12,469 milhões de euros) apresenta uma execução de 81%.

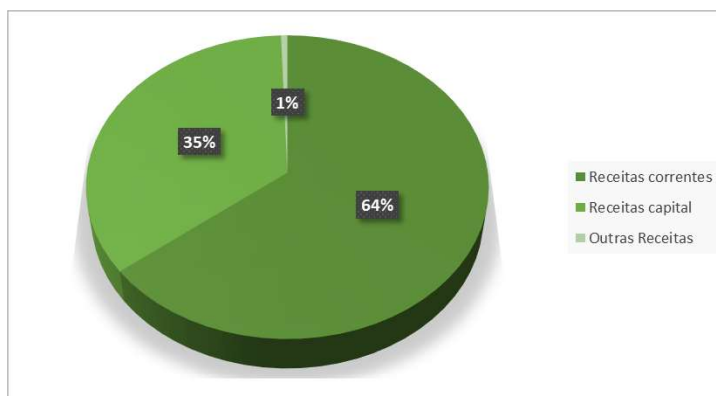
1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. Após análise do mesmo, verifica-se que foi ano de 2024 em que valor da cobrança total foi maior.

Em relação à cobrança da **receita corrente** verifica-se que a mesma tem aumentado de ano para ano, fixando-se no ano de 2024 no valor de 7,248 milhões de euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2024, por rubricas gerais.



No final de 2024 a receita total cobrada ascendeu a 11,256 milhões de euros, correspondendo 982 mil de euros de **receitas próprias** (9%), 63 mil euros de **saldo transitado da gerência anterior** (1%), 584 mil de euros de **Receita com passivos financeiros** (5%), e 9,628 milhões de euros de **transferências totais** (86%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

Evolução da Receita

Execução da Receita	2024			2023			Δ 2023
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
Receita Corrente	7 985 707,00	7 248 345,43	91%	7 281 298,00	6 306 304,57	87%	15%
Impostos directos	582 475,00	567 411,18	97%	530 199,00	537 946,38	101%	5%
Impostos indirectos	1 659,00	2 197,90	132%	1 598,00	1 772,91	111%	24%
Taxas, multas e outras penalidades	20 317,00	21 106,58	104%	21 896,00	17 392,45	79%	21%
Rendimentos da propriedade	992 642,00	215 121,86	22%	898 502,00	196 520,35	22%	9%
Administração Central - Estado Português	6 028 118,00	6 124 577,01	102%	5 477 537,00	5 263 494,03	96%	16%
Administração Central - Outras Entidades	46 202,00	124 139,27	269%	68 704,00	48 629,97	71%	155%
Outras	70 363,00	21 107,91	30%	49 672,00	28 956,71	58%	-27%
Venda de bens e serviços	232 089,00	171 229,81	74%	197 651,00	207 953,80	105%	-18%
Outras receitas correntes	11 842,00	1 453,91	12%	35 539,00	3 637,97	10%	-60%
Receita Capital	4 414 238,00	3 945 034,45	89%	3 306 914,32	2 225 266,22	67%	77%
Venda de bens de investimento	8 988,00	117,25	1%	10 300,00	5 512,00	54%	-98%
Administração Central - Estado Português	3 644 053,00	3 358 646,33	92%	2 189 443,00	1 366 844,70	62%	146%
Outras receitas de capital	5 000,00	2 642,04	53%	504,00			0
Receita com passivos financeiros	756 197,00	583 628,83	77%	1 106 667,32	852 909,52	77%	-32%
Outras Receitas	68 717,00	62 781,18	91%	58 024,68	64 937,00	112%	-3%
Reposições não abatidas pag.	6 166,00	230,18	4%	3 768,00	10 680,32	283%	-98%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	62 551,00	62 551,00	100%	54 256,68	54 256,68	100%	15%
Receitas Totais	12 468 662,00	11 256 161,06	90%	10 646 237,00	8 596 507,79	81%	31%

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as **receitas correntes** cobradas registaram um aumento de (15%), com maior enfoque, a rubrica **Administração Central - Outras Entidades**, com um aumento de 861 mil euros (16%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Venda de bens e serviços**, registando um decréscimo de 37 mil euros (-18%).

As **receitas de capital** cobradas, no valor de 3,945 milhões de euros, registando um aumento de 1,720 milhões de euros (77%) comparando com o ano de 2023.

1.1 Receita própria

Em 2024, a receita própria cobrada atingiu os 982 mil euros, mantendo-se o mesmo valor que no ano de 2023.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Evolução da receita própria

Receitas Próprias	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Impostos directos	490 389,43	627 865,03	537 946,38	567 411,18	5%
Impostos indirectos	1 638,43	1 661,25	1 772,91	2 197,90	24%
Taxas, multas e outras penalidades	18 735,61	19 866,90	17 392,45	21 106,58	21%
Rendimentos da propriedade	181 629,48	185 763,53	196 520,35	215 121,86	9%
Venda de bens e serviços	128 652,99	188 730,28	207 953,80	171 229,81	-18%
Outras Receitas Correntes	43 900,75	14 717,46	3 637,97	1 453,91	-60%
Venda de bens de investimento			5 512,00	117,25	-98%
Outras receitas de capital	421,28			2 642,04	
Reposições não abatidas pag.	3 770,41	1 634,91	10 680,32	230,18	-98%
Total de Receitas Próprias	869 138,38	1 040 239,36	981 416,18	981 510,71	0%

No mapa destaca-se positivamente a rubrica **Impostos Directos** com um aumento de 29 mil euros, face ao ano de 2023, tendo sido a **Derrama** o imposto que originou o referido aumento.

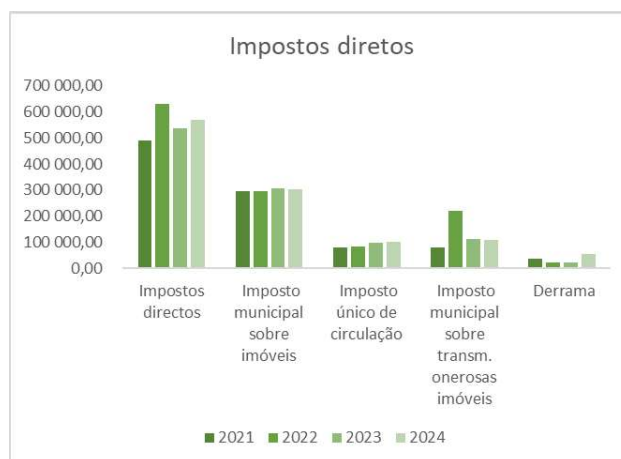
Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Venda de bens e serviços** regista uma diminuição de 37 mil euros, sendo a rubrica **Serviços sociais** a que motivou a referida descida, nomeadamente a diminuição das mensalidades da creche, uma vez que as mesmas passaram a ser suportadas pela Segurança Social.

Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Impostos directos	490 389,43	627 865,03	537 946,38	567 411,18	5%
Imposto municipal sobre imóveis	295 500,05	295 490,62	305 723,01	303 679,14	-1%
Imposto único de circulação	79 209,55	85 587,93	97 272,26	101 009,32	4%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	79 714,78	222 062,55	111 362,87	108 261,83	-3%
Derrama	35 965,05	24 723,93	23 588,24	54 460,89	131%
Impostos indirectos	1 638,43	1 661,25	1 772,91	2 197,90	24%
Publicidade		38,50		147,55	
Taxa municipal de direitos de passagem	1 427,98	1 597,71	1 599,54	1 506,72	-6%
Outros_i	210,45	25,04	173,37	543,63	214%
Total dos Impostos	492 027,86	629 526,28	539 719,29	569 609,08	6%

Como já foi referido anteriormente as receitas provenientes dos impostos aumentaram em cerca de 30 mil euros, tendo sido a **Derrama** o imposto que maior aumento registou, cerca de 31 mil euros.

Todos os outros impostos mantiveram os mesmos valores face ao ano de 2023.



No que concerne à evolução de subgrupos das receitas próprias, comparativamente a 2023, verificou-se uma diminuição de 7%, no valor de 30 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

A rubrica **Serviços** foi a que mais contribui para a referida variação, registando uma variação de 30 mil euros, conforme explicado anteriormente.

Realça-se positivamente a rubrica **Rendimentos de Propriedade**, registando o valor de 215 mil euros, com variação de 19 mil euros. Para este aumento contribuiu a renda de conceção da E-redes com aumento de 9 mil euros e o recebimento no valor também de 9 mil euros referente aos dividendos distribuídos pela empresa Valnor, S.A.

Evolução de subgrupos das receitas próprias

Subgrupos de Receitas Próprias	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Taxas, multas e outras penalidades	18 735,61	19 866,90	17 392,45	21 106,58	21%
Loteamentos e obras	9 053,84	9 692,61	7 853,75	7 928,21	1%
Ocupação da via pública	1 365,30	2 340,24	3 230,84	3 445,85	7%
Outros	1 424,19	2 308,26	2 094,67	2 905,39	39%
Juros de mora	1 203,60	1 318,71	1 904,08	1 450,74	-24%
Juros compensatórios	748,68	453,23	209,11	416,39	99%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	4 540,00	3 453,85	1 850,00	4 710,00	155%
Multas e penalidades diversas	400,00	300,00	250,00	250,00	
Rendimentos da propriedade	181 629,48	185 763,53	196 520,35	215 121,86	9%
Outros	181 629,48	185 763,53	196 520,35	215 121,86	9%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	128 652,99	188 730,28	207 953,80	171 229,81	-18%
Venda de Bens	-579,52	1 838,68	1 553,89	1 239,73	-20%
Serviços	99 394,95	152 170,39	167 101,66	137 081,01	-18%
Rendas	29 837,56	34 721,21	39 298,25	32 909,07	-16%
Outras Receitas Correntes	43 900,75	14 717,46	3 637,97	1 453,91	-60%
Vendas de Bens de Investimento			5 512,00	117,25	-98%
Outras Receitas de Capital	421,28			2 642,04	
Reposições não abatidas nos pagamentos	3 770,41	1 634,91	10 680,32	230,18	-98%
Total Receitas Próprias	377 110,52	410 713,08	441 696,89	411 901,63	-7%

1.1.2 Transferências obtidas

As **transferências obtidas** atingiram os 9,628 milhões de euros em 2024. Comparativamente com o período homólogo registou-se um aumento 2,921 milhões euros (86%), sendo que as **transferências correntes** aumentaram em 929 mil euros (17%), e as **transferências de capital** no valor de 1,992 milhões euros (146%).

Fazendo uma análise por tipologia, no que respeita às **transferências correntes**, verificamos que a rubrica **Transferência de Competências - Lei nº 50/2018** registou um aumento, 18%, correspondente a uma variação de 71 mil euros, totalizando o valor de 1,129 milhões de euros.

Em relação à rubrica **“Artº 35.º , nº 3 da Lei nº 73/2013”**, em que, em anos anteriores foi considerado como receita de capital, no ano de 2024, em sede de Orçamento de Estado, o mesmo estabeleceu que 50% seria considerado como receita corrente, no valor de 617 mil euros.

Também a rubrica **“Outras”**, que totalizou o valor de 659 mil euros, registou um aumento em cerca de 334 mil euros face ao ano de 2023, tendo para tal contribuído essencialmente as seguintes transferências, a saber:

- Radar Social – 64 mil euros;
- DGartés – 50 mil euros;
- Segurança Social (Gratuidade da Creche) – 126 mil euros;
- DECIF – 24 mil euros;

Em sentido contrário destaca-se a rubrica **Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados**, que registou uma diminuição no valor de 145 mil euros face ao ano de 2023, pelo facto de nesse ano se ter realizado algumas ações que tiveram financiamento comunitário nomeadamente:

- PEDIME – 40 mil euros;
- Caminhos Literários – 55 mil euros;
- Viver ao Vivo – 43 mil euros;
- Médio Tejo Online 2020 – 14 mil euros;
- Projeto Caminhos – 9 mil euros;
- Programa de Apoio ao acesso à Habitação – 1º direito – 16 mil euros;

As **transferências de capital** que totalizam o valor de 3,359 milhões de euros, apresentando um aumento no montante de 1,992 milhões de euros, cerca de 146%, relativamente ao período homólogo anterior.

De referir que quase todas as rubricas contribuíram para o referido aumento, salientando-se a rubrica **Cooperação Técnica e Financeira**, com aumento de 312 mil euros, sendo o valor de 294 mil euros referente ao financiamento da candidatura do 1º Direito e o valor de 55 mil euros oriundo da candidatura dos Condomínios da Aldeia.

A rubrica **“ Artº 35.º , nº 3 da Lei nº 73/2013”** que apesar de, 50% ter sido registado em receita corrente, mesmo assim, totalizou o valor de 617 mil euros, registando um aumento de 165 mil euros, sendo que esta verba é oriunda das transferências do Estado.

A rubrica **Estado-P.comunitária project.co-financiados - FEDER** que totalizou o valor de 1,094 milhões de euros, registando um aumento em cerca de 651 mil euros, uma vez que o Município ressarciu o valor de 659 mil euros referente ao reforço do financiamento da candidatura no âmbito da empreitada de Requalificação da Escola EB2, 3 e Secundária de Sardãoal.

Resumindo, o investimento da Requalificação da Escola EB2, 3 e Secundária de Sardãoal totalizou o valor de 5,410 milhões de euros, em que o financiamento comunitário foi de 4,776 milhões de euros acrescido de 379 mil euros referente ao acordo celebrado com o

Ministérios de Educação, estando ainda por receber o valor de 140 mil euros. A contrapartida nacional pública ascende a 256 mil euros.

A rubrica **Estado-P.comunitária project.co-financiados-Outras** que totalizou o valor de 917 mil euros com variação de 880 mil euros, justificando-se pelo facto de o Município ter já sido ressarcido o valor de 678 mil euros referente à Habitação de custos acessíveis, valor este que se faz parte integrante do Saldo da Gerência Anterior.

Em pormenor, apresenta-se, no quadro seguinte, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Evolução das transferências obtidas

Transferências	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Administração Central - Estado Português	5 025 090,08	5 070 481,38	5 341 080,71	6 269 824,19	17%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 526 429,00	3 483 711,00	3 416 674,00	3 353 608,00	-2%
Fundo Social Municipal	93 464,00	128 659,00	94 647,00	111 349,00	18%
Participação Variável no IRS	126 163,00	130 971,00	144 129,00	147 062,00	2%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	632 083,42	736 605,37	1 058 055,00	1 129 014,83	7%
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20	60 759,78	32 991,14	46 181,52	73 518,28	59%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013				617 243,25	
Outras	318 967,33	327 299,26	324 944,22	658 844,22	103%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	112 094,80	98 833,35	178 863,29	33 937,43	-81%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	83 031,56	38 122,49	48 629,97	124 139,27	155%
Privadas	43 960,00	23 579,00			
Companhias de seguros e fundos de pensões	16 287,67	23 661,06	17 107,19	19 474,70	14%
Instituições sem fins lucrativos	11 849,52	46 048,71	11 849,52	1 633,21	-86%
Transferências de Capital	2 103 858,08	1 718 801,63	1 366 844,70	3 358 646,33	146%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	391 825,00	387 079,00	379 630,00	372 623,00	-2%
Cooperação Técnica e Financeira	53 748,97	238 235,22	36 168,88	348 385,66	863%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	399 278,00	107 129,00	452 719,00	617 243,26	36%
Outras	18 301,68	10 496,10	19 101,67	9 400,39	-51%
Estado-P.comunitária project.co-financiados - FEDER	1 240 704,43	967 490,32	442 965,75	1 094 255,57	147%
Estado-P.comunitária project.co-financiados-Outras		8 371,99	36 259,40	916 738,45	2428%
Total	7 128 948,16	6 789 283,01	6 707 925,41	9 628 470,52	44%

1.1.3 Passivos Financeiros

Os **Passivos Financeiros** registaram o valor de 584 mil de euros em 2024. Comparativamente com o período homólogo anterior, verifica-se uma diminuição de 269 mil euros (-24%).

É nesta rubrica que se regista os reembolsos dos empréstimos bancários, a curto prazo e a médio longo prazo.

No que concerne ao **empréstimo a curto prazo**, foi reembolsado o valor de 461 mil euros, mais 161 mil euros que o reembolsado no ano anterior.

Em relação aos **empréstimos a médio longo prazo**, foram feitos reembolsos no valor de 122 mil euros, registando uma diminuição no valor de 430 mil euros face ao ano anterior. A

diferença em causa justifica-se pelo facto de no ano de 2023 se ter reembolsado o valor 437 mil euros referente à Requalificação do Externato Rainha Santa Isabel – Biblioteca.

A verba reembolsada, no valor de 122 mil euros decompõe-se da seguinte forma:

- Diversas Obras (Depressão Elsa e Fabien): 29 mil euros;
- Pavimentação da Tapada da Torre: 55 mil euros;
- Pavimentação de Pisão e Tojeira: 38 mil euros;

Evolução dos Passivos Financeiros

Passivos Financeiros	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Sociedades financeiras	400 000,00	277 777,45	300 000,00	461 047,67	54%
Sociedades financeiras	98 506,09	611 463,47	552 909,52	122 581,16	-78%
Admin-Pública - Admin.central - Estado					
Admin-Pública - Admin.central - Serv Fundos autonom		227 653,83			
Total de Passivos Financeiros	498 506,09	1 116 894,75	852 909,52	583 628,83	-32%

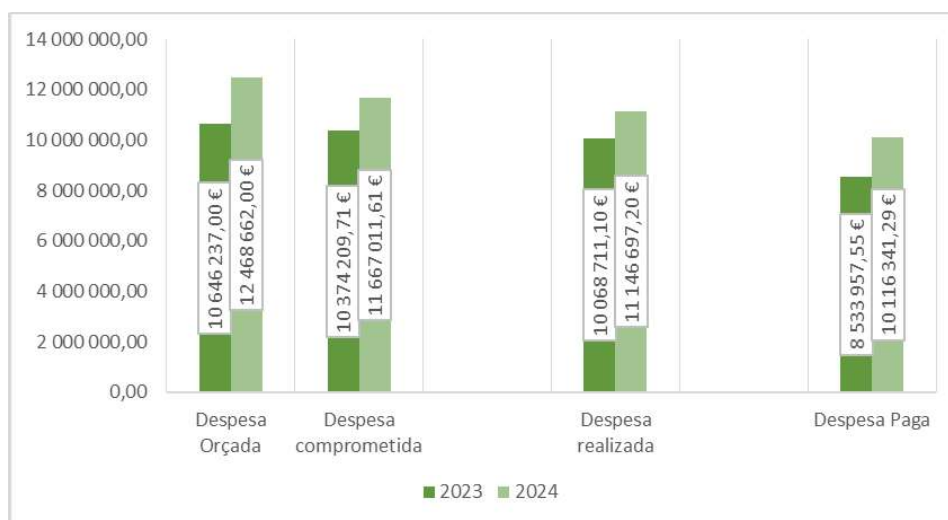
1.2 Despesa

No final de 2024, o **total da despesa** paga ascendeu a 10,116 milhões de euros, representando 81% do total orçamentado corrigido (12,469 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 1,582 milhões de euros na despesa paga.

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que nos últimos três anos a despesa total tendo rondado os 8,5 milhões de euros, sendo que no ano de 2024 as mesmas ascenderam ao 10,116 milhões. De referir que foi a despesa corrente que originou o referido aumento, uma vez que as obrigações por pagar correntes registam um valor de 404 mil euros contra os 1,250 milhões de euros em 2023, diminuindo cerca de 856 mil euros.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida, realizada e paga nos anos 2023 e 2024. O total da despesa realizada, em 2024, alcançou os 11,147 milhões de euros, face aos 10,069 milhões de euros apurados no ano de 2023 registando um aumento de 1,078 milhões de euros.



1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2024, a **despesa corrente** paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 90% (8,150 milhões de euros) e a **despesa de capital** paga de 59% (1,966 milhões de euros), originando uma execução total de 81%.

Em relação à execução referente ao período homólogo anterior, verifica-se aumento de 26%, no valor de 1,667 milhões de euros nas **despesas correntes** e diminuição de 4%, no

valor de 85 mil euros nas **despesas de capital** pagas, o que totaliza uma variação de positiva de 19%, no valor de 1,582 milhões de euros.

Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2024				2023				Δ
	Dotação Final	Despesa Paga %	Execução		Dotação Final	Despesa Paga %	Execução	2023	
Despesa Corrente	9 076 050,00	8 150 101,56	90%		8 043 822,00	6 482 549,10	81%	26%	
Remunerações Certas e Permanentes	3 505 758,00	3 487 417,79	99%		3 265 575,00	3 132 683,80	96%	11%	
Abonos Variáveis ou Eventuais	191 394,00	188 341,33	98%		146 613,00	142 555,70	97%	32%	
Segurança Social	984 489,00	957 896,75	97%		908 100,00	784 905,31	86%	22%	
Aquisição de bens e serviços	3 095 385,00	2 394 350,38	77%		2 643 657,00	1 652 974,06	63%	45%	
Juros e Outros Encargos	200 474,00	184 012,23	92%		147 747,00	124 136,46	84%	48%	
Administração Central - Estado Português									
Administração Local	305 048,00	237 379,61	78%		259 055,00	148 827,53	57%	59%	
Entidades do Setor não lucrativo	103 474,00	88 164,34	85%		115 332,00	87 846,34	76%	0%	
Famílias	453 967,00	428 904,87	94%		382 635,00	336 097,43	88%	28%	
Outras	100 831,00	73 794,43	73%		69 561,00	660,17			
Subsídios Correntes	32 065,00	28 814,50	90%		22 700,00	17 743,50	78%	62%	
Outras Despesas Correntes	103 165,00	81 025,33	79%		82 847,00	54 118,80	65%	50%	
Despesas de Capital	3 392 612,00	1 966 239,73	58%		2 602 415,00	2 051 408,45	79%	-4%	
Aquisição de bens de capital	2 176 474,00	1 187 969,14	55%		1 963 601,00	1 439 110,43	73%	-17%	
Administração Local	9 761,00	6 543,41	67%		5 283,00	1 083,73	21%	504%	
Entidades do Setor não lucrativo	31 045,00	25 229,90	81%		15 683,00	10 498,94	67%	140%	
Outras Despesas de Capital	25 000,00								
Despesa com ativos financeiros	100,00				100,00				
Despesa com passivos financeiros	1 150 232,00	746 497,28	65%		617 748,00	600 715,35	97%	24%	
Despesas Totais	12 468 662,00	10 116 341,29	81%		10 646 237,00	8 533 957,55	80%	19%	

A **despesa corrente** paga em 2024, no montante de 8,150 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (4,634 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (2,394 milhões de euros), e **transferências correntes** (828 mil euros).

A **despesa de capital** paga em 2024, no montante de 1,966 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (1,188 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (746 mil euros).

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da **despesa corrente** realizada e paga, em 2024 e 2023. Constata-se que a **despesa corrente realizada**, face ao ano de 2023, aumentou em cerca de 11% (821 mil euros). Já em relação à **despesa corrente paga**, a mesma aumentou em cerca de 26% (1,668 milhões de euros).

Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2024	2023	Δ 2023	2024	2023	Δ 2023
Despesas Correntes						
Remunerações Certas e Permanentes	3 496 445,85	3 257 156,07	239 289,78	3 487 417,79	3 132 683,80	354 733,99
Abonos Variáveis ou Eventuais	188 341,33	145 908,64	42 432,69	188 341,33	142 555,70	45 785,63
Segurança Social	977 424,22	901 888,63	75 535,59	957 896,75	784 905,31	172 991,44
Aquisição de bens e serviços	2 734 642,60	2 473 137,17	261 505,43	2 394 350,38	1 652 974,06	741 376,32
Juros e Outros Encargos	184 097,49	128 925,95	55 171,54	184 012,23	124 136,46	59 875,77
Administração Central - Estado Português						
Administração Local	237 379,61	239 873,73	-2 494,12	237 379,61	148 827,53	88 552,08
Entidades do Setor não lucrativo	88 569,34	104 586,34	-16 017,00	88 164,34	87 846,34	318,00
Famílias	428 904,87	338 801,28	90 103,59	428 904,87	336 097,43	92 807,44
Outras	91 048,14	39 343,63	51 704,51	73 794,43	660,17	73 134,26
Subsídios Correntes	28 814,50	22 675,25	6 139,25	28 814,50	17 743,50	11 071,00
Outras Despesas Correntes	97 999,30	80 398,98	17 600,32	81 025,33	54 118,80	26 906,53
Total de Despesas Correntes	8 553 667,25	7 732 695,67	820 971,58	8 150 101,56	6 482 549,10	1 667 552,46

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da **despesa capital** realizada e paga, em 2024 e 2023.

Constata-se que a **despesa capital realizada**, face ao ano de 2023, aumentou em cerca de 11% (257 mil euros). Já em relação à **despesa capital paga** comparando com o mesmo ano, a mesma diminuiu em cerca de 4% (85 mil euros).

Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2024	2023	Δ 2023	2024	2023	Δ 2023
Despesas Capital						
Aquisição de bens de capital	1 814 759,36	1 720 254,70	94 504,66	1 187 969,14	1 439 110,43	-251 141,29
Administração Local	6 543,41	3 546,44	2 996,97	6 543,41	1 083,73	5 459,68
Entidades do Setor não lucrativo	25 229,90	11 498,94	13 730,96	25 229,90	10 498,94	14 730,96
Outras Despesas de Capital						
Despesa com ativos financeiros						
Despesa com passivos financeiros	746 497,28	600 715,35	145 781,93	746 497,28	600 715,35	145 781,93
Total de Despesas de Capital	2 593 029,95	2 336 015,43	257 014,52	1 966 239,73	2 051 408,45	-85 168,72

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2024 encerrou com um **total de despesa orçada** de 12,469 milhões de euros, e **paga** de 10,116 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 81%.

A **despesa corrente** paga regista um nível de execução orçamental superior à **despesa de capital** paga, de 90% contra 58%, respetivamente.

No que se refere às **despesas correntes**, as rubricas referentes ao **peçoal** é a que apresenta maior taxa de execução, 99%.

No âmbito das **despesas de capital**, a rubrica de **Aquisição de bens de capital**, com maior valor absoluto, 1,188 milhões de euros regista uma execução de 55%.

Execução da despesa

Capítulos	2023	Despesa Orçada	Despesa comprometida	% Compr	Despesa realizada	% Real.	Despesa Paga	Taxa de execução
		1	2	3 = 2 / 1	4	5 = 4 / 1	6	7 = 6 / 1
Despesa Corrente	6 482 549,10	9 076 050,00	8 795 312,29	97%	8 553 667,25	94%	8 150 101,56	90%
Remunerações Certas e Permanentes	3 132 683,80	3 505 758,00	3 503 548,01	100%	3 496 445,85	100%	3 487 417,79	99%
Abonos Variáveis ou Eventuais	142 555,70	191 394,00	189 737,64	99%	188 341,33	98%	188 341,33	98%
Segurança Social	784 905,31	984 489,00	977 772,02	99%	977 424,22	99%	957 896,75	97%
Aquisição de bens e serviços	1 652 974,06	3 095 385,00	2 903 836,42	94%	2 734 642,60	88%	2 394 350,38	77%
Juros e Outros Encargos	124 136,46	200 474,00	188 075,06	94%	184 097,49	92%	184 012,23	92%
Administração Central - Estado Português								
Administração Local	148 827,53	305 048,00	272 987,30	89%	237 379,61	78%	237 379,61	78%
Entidades do Setor não lucrativo	87 846,34	103 474,00	94 727,37	92%	88 569,34	86%	88 164,34	85%
Famílias	336 097,43	453 967,00	438 019,44	96%	428 904,87	94%	428 904,87	94%
Outras	660,17	100 831,00	97 912,16	97%	91 048,14	90%	73 794,43	73%
Subsídios Correntes	17 743,50	32 065,00	28 814,52	90%	28 814,50	90%	28 814,50	90%
Outras Despesas Correntes	54 118,80	103 165,00	99 882,35	97%	97 999,30	95%	81 025,33	79%
Despesas de Capital	2 051 408,45	3 392 612,00	2 871 699,32	85%	2 593 029,95	76%	1 966 239,73	58%
Aquisição de bens de capital	1 439 110,43	2 176 474,00	2 065 662,77	95%	1 814 759,36	83%	1 187 969,14	55%
Administração Local	1 083,73	9 761,00	8 223,68	84%	6 543,41	67%	6 543,41	67%
Entidades do Setor não lucrativo	10 498,94	31 045,00	25 972,78	84%	25 229,90	81%	25 229,90	81%
Outras Despesas de Capital		25 000,00	21 992,40	88%				
Despesa com ativos financeiros		100,00						
Despesa com passivos financeiros	600 715,35	1 150 232,00	749 847,69	65%	746 497,28	65%	746 497,28	65%
Despesas Totais	8 533 957,55	12 468 662,00	11 667 011,61	94%	11 146 697,20	89%	10 116 341,29	81%

Analisando agora os capítulos da despesa e no que se refere à rubrica **despesas com o pessoal**, que é constituído por três componentes, como podemos ver no mapa abaixo, a mesma regista um valor de 4,634 milhões de euros, com um aumento de 574 mil euros, face ao ano anterior, justificada pela componente **Remunerações Certas e Permanentes**.

Evolução da despesa paga com Despesas com o Pessoal

Despesas com Pessoal	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Remunerações Certas e Permanentes	2 819 085,03	2 825 357,28	3 132 683,80	3 487 417,79	11%
Abonos Variáveis ou Eventuais	103 742,59	129 214,85	142 555,70	188 341,33	32%
Segurança Social	898 665,53	792 078,10	784 905,31	957 896,75	22%
Despesas com Pessoal	3 821 493,15	3 746 650,23	4 060 144,81	4 633 655,87	14%

Retratando a componente **“Remunerações Certas e Permanentes”**, onde são considerados nomeadamente, os vencimentos bases, subsídios de Férias, Natal e refeição, recrutamento de novos postos de trabalho, alterações obrigatórias nas remunerações, registou um aumento de 355 mil euros.

Nesta componente, as rubricas que a compõem registaram comportamentos praticamente iguais. Assim, face ao ano anterior, destaca-se as três rubricas, **Pessoal em Funções**, que se justifica pelos aumentos dos vencimentos, e das contratações feitas em 2023, no valor de 140 mil euros, a rubrica **Subsídio de férias e de Natal**, com aumento de 93 mil euros, originado pelas mesmas razões invocadas anteriormente e a ainda a rubrica **Pessoal em funções, contratos a termo certo**, com aumento no valor de 57 mil euros, sendo que os vencimentos destes trabalhadores no ano de 2023 foram considerados na rubrica **Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho**, a termo certo.

Com diminuições destacam-se as rubricas **Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho**, a termo certo, no valor de 28 mil euros e a termo no valor de 8 mil euros.

Evolução da despesa paga com Remunerações certas e permanentes

Remunerações Certas e Permanentes	Despesa paga		
	2024	2023	Δ 2023
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autá	96 182,51	73 910,52	22 271,99
Pessoal em Funções	2 209 740,86	2 069 688,65	140 052,21
Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remur	53 682,20	17 244,50	36 437,70
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	17 361,98	25 657,29	-8 295,31
Pessoal em Funções	57 035,87		57 035,87
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	18 515,06	46 758,82	-28 243,76
Pessoal em regime de tarefa ou avença	33 400,00	33 400,00	
Pessoal em qualquer outra situação	154 565,17	144 043,11	10 522,06
Representação	25 775,48	24 041,36	1 734,12
Suplementos e prémios	3 661,48	3 315,73	345,75
Subsídio de refeição	234 534,00	235 960,80	-1 426,80
Subsídio de férias e de Natal	479 643,98	387 037,96	92 606,02
Remunerações por doença e maternidade/pater	103 319,20	71 625,06	31 694,14
Total de Remunerações Certas e Permanentes	3 487 417,79	3 132 683,80	354 733,99

Em relação à rubrica **aquisição de bens e serviços**, registou o valor de 2,394 milhões de euros, tendo tido uma execução de 77%, com um aumento no valor de 741 mil euros face ao ano de 2023.

No capítulo destinado a esta componente será analisado a situação com maior detalhe.

A rubrica **Juros e Outros Encargos** registou o valor de 184 mil euros, tendo havido um aumento substancial, no valor de 60 mil euros (48%), face ao ano anterior, motivado pelo o altas taxas de juro. A execução foi de 92%.

A rubrica **transferências correntes** com o valor pago de 828 mil euros, registaram um aumento no valor de 255 mil euros, face ao ano de 2023.

Para o referido aumento, e como podemos verificar no mapa abaixo, praticamente todas as rubricas contribuíram para o mesmo, exceto a rubrica **Freguesias** que registou uma diminuição em cerca de 28 mil euros. Esta situação não se deve à diminuição do apoio às Juntas de Freguesia, mas como estamos a falar em ótica de caixa, no ano de 2023, além de se ter pago o apoio na totalidade, também se regularizou a dívida que transitou do ano de 2022.

Assim com variações positivas destaca-se a rubrica **Empresas públicas municipais e intermunicipais** onde se inclui os pagamentos à empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A referente aos apoios sociais, nomeadamente tarifas sociais a idosos e carenciados, 56 mil euros, apoio

nas tarifas às instituições de solidariedade social do concelho, 13 mil euros, e ainda aos bombeiros voluntários, 5 mil euros.

A rubrica **“Associações de municípios”** onde se inclui as transferências para CIMT, registou um aumento no valor de 64 mil euros, transferências essas, que são referentes aos vários projetos que a mesmo desenvolveu, onde o Município de Sardoal é parceiro.

A rubrica **“Programas Operacionais”** onde são registadas as despesas referente aos CEI, CEI+ e empregos apoiados, que registou um valor de 183 mil euros, cuja variação foi de 69 mil euros.

A rubrica **Instituições sem fins lucrativos** com o valor de 88 mil euros, tendo o valor sido igual ao ano de 2023.

A rubrica **Outras** com o valor de 246 mil euros, registou um aumento de 24 mil euros, face ao ano de 2023. É nesta rubrica que se registam, principalmente, os pagamentos referentes aos DECIR, bolsas de Estudo e apoio à natalidade.

Evolução da despesa paga com Transferências Correntes

Transferências Correntes	Despesa paga		
	2024	2023	Δ 2023
Estado			
Municípios	59 632,57	7 295,24	52 337,33
Freguesias	68 043,12	96 229,64	-28 186,52
Associações de municípios	109 703,92	45 302,65	64 401,27
Instituições sem fins lucrativos	88 164,34	87 846,34	318,00
Programas Operacionais	183 283,66	114 705,58	68 578,08
Outras	245 621,21	221 391,85	24 229,36
Empresas públicas municipais e intermunicipais	73 794,43	660,17	73 134,26
Total	828 243,25	573 431,47	254 811,78

A rubrica **“Outras despesas correntes”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes às taxas bem como as quotizações, registou o valor de 81 mil euros com um aumento de 27 mil euros.

No âmbito das **despesas de capital** que registou uma diminuição em cerca de 85 mil euros podemos destacar a rubrica **Aquisição de bens de capital** com uma execução de 55%, tendo registado o valor de 1,188 milhões de euros, tendo contribuindo para este valor, nomeadamente as seguintes obras e equipamentos:

- Requalificação dos prédios da Tapada da Torre – 523 mil euros;
- Manutenção de Caminhos Florestais – 47 mil euros;
- Pavimentação de Pisão e Tojeira – 38 mil euros;

A rubrica “**Despesa com passivos financeiros**”, sendo que nesta rubrica estão consideradas as despesas referentes às amortizações dos empréstimos, totalizou o valor 746 mil euros, tendo registado um aumento de 146 mil euros, face ao ano anterior, justificado pelo facto do empréstimo a curto prazo ter sido utilizado o valor 461 mil euros face aos 300 mil euros utilizados em 2023.

1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços

Este capítulo representa 23% dos pagamentos do orçamento do Município, totalizando o valor de 2,394 milhões de euros, tendo sido pago cerca de 77% do orçado.

Face ao ano anterior registou-se um aumento de 741 mil euros.

Abaixo apresentamos o mapa com a evolução dos gastos referente às rubricas que representam 80% do valor pago.

Evolução da despesa paga com aquisições de bens e serviços

Aquisição de Serviços	2021	2022	2023	2024	Δ 2023
Encargos das instalações	295 070,66	513 915,36	459 460,13	849 967,75	85%
Outros trabalhos especializados	255 622,45	424 383,19	386 453,55	547 426,63	42%
Alimentação-Refeições confeccionadas	95 644,74	88 458,43	173 889,46	216 850,54	25%
Outros serviços	31 205,71	102 322,75	82 524,87	141 152,11	71%
Gasóleo	56 949,44	82 326,23	73 193,39	83 392,76	14%

Para uma melhor análise podemos decompor em dois subtítulos, **aquisição de bens** e **aquisição de serviços**.

Assim em 2024, a despesa paga com **aquisição de bens** atingiu os 486 mil euros, tendo-se verificado um aumento no valor de 100 mil euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica **Alimentação-Refeições confeccionadas**, com uma execução de 217 mil euros, tendo registado um aumento de 42 mil euros. Esta situação justifica-se pelo facto do número das refeições escolares terem sofrido um aumento substancial.

No que concerne à despesa paga com **aquisição de serviços**, a mesma ascendeu ao valor de 1,908 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento em cerca de 641 mil euros, relativamente ao período homólogo.

As grandes rubricas que contribuíram para a referida variação foram, **Encargos com instalações**, totalizando o valor de 850 mil euros, com um peso de 45%, tendo registado variação de 391 mil euros. Nesta rubrica consideram-se os pagamentos referente à

eletricidade dos edifícios e iluminação pública, gás para piscina coberta e fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.

Este aumento deve-se nomeadamente ao facto das obrigações por pagar terem diminuído em cerca de 267 mil euros face ao ano de 2023.

A rubrica **Outros trabalhos especializados**, registou o valor de 547 mil euros, com o peso de 29%, tendo aumentado em cerca de 161 mil euros.

Também aqui as obrigações por pagar diminuíram em cerca de 53 mil euros.

Nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Atividades de enriquecimento Curricular: 30 mil euros;
- Projeto Teatro “Sardoaal Mostra-se”: 50 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 87 mil euros;
- Atividades culturais no âmbito da DGartés: 70 mil euros;
- Defesa da Floresta contra incêndios: 21 mil euros;
- Contrato de Manutenção com a software house: 28 mil euros;
- Prestação de serviço no âmbito da Cibersegurança: 15 mil euros
- Contrato de Manutenção da Barragem da Lapa: 15 mil euros;
- Contrato de Aulas de Natação, Hidroginástica: 31 mil euros;
- Boletins Municipais: 13 mil euros;

A rubrica **Outros serviços**, registou o valor de 141 mil euros, com o peso de 7%, tendo aumentado em cerca de 59 mil euros. Também nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Contrato de Manutenção de Fotocopiadoras: 8 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 117 mil euros;
- Atividades culturais no âmbito da DGartés: 6 mil euros

1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

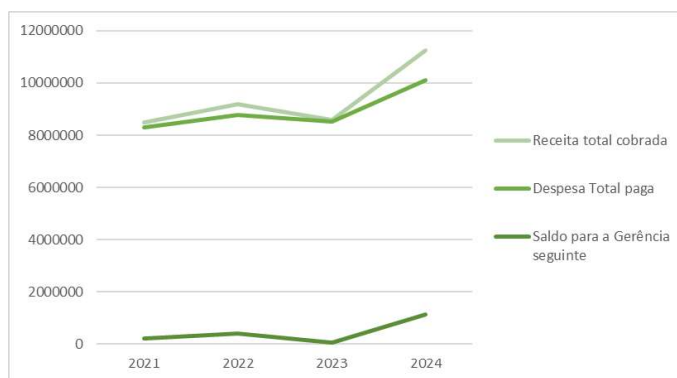
Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o Município de Sardoaal, e sabendo da existência de dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.

Receita vs Despesa

Designação	2021	2022	2023	2024
Receita total cobrada	8 496 592,63	9 173 139,12	8 596 507,79	11 256 161,06
Despesa Total paga	8 290 730,47	8 765 863,27	8 533 957,55	10 116 341,29
Saldo para a Gerência seguinte	205 862,16	407 275,85	62 550,24	1 139 819,77

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2024 ronda os 1,140 milhões de euros.



1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2024	2023
Da receita		
Impostos Directos / Receitas Correntes	8%	9%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,030%	0,028%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	87%	85%
Transferências Capital/Receitas de Capital	85%	61%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	15%	38%
Receitas Correntes/Receitas Totais	64%	73%
Receitas Capital/Receitas Totais	35%	26%
Outras Receitas / Receitas Totais	1%	1%
Indicadores Orçamentais de Estrutura		
Da Despesa		
Pessoal/Despesas Correntes	57%	63%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	29%	25%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	11%	9%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de Capital	60%	70%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	1,6%	0,6%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	38%	29%
Despesas Correntes/Despesas Totais	81%	76%
Despesas de Capital/Despesas Totais	19%	24%
Da capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	1,113	1,007
Receitas Próprias de Funcionamento	8 805 117,90 €	7 139 766,51 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	8 896 598,84 €	7 083 264,45 €
Prazo Médio Pagamentos - em dias	22	81

Em conclusão:

A **receita total** cobrada atingiu 11,256 milhões de euros dos 12,469 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2024, apresentando uma execução de 90%. Do montante da receita total cobrada, 982 mil euros correspondem a **receitas próprias**, e 1,238 milhões de euros a **saldo transitado da gerência anterior**, e 9,628 milhões de euros de **transferências totais** e 584 mil euros de **passivos financeiros**.

Face a 2023, o exercício de 2024 encerra com um aumento de receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 2,660 milhões de euros.

No final de 2024, o **total da despesa paga** ascendeu a 10,116 milhões de euros, representando 81% do total orçamentado (12,469 milhões de euros).

O total dos **compromissos assumidos**, no final de 2024, alcançou os 11,667 milhões de euros face aos 10,374 milhões de euros apurados no ano de 2023.

2. Análise económico-financeira

Tal como já referido em anos anteriores, e no âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardoal.

2.1. Balanço

Em 2024, o **Ativo** do Município de Sardoal atingiu os 23,872 milhões de euros, registando um aumento de 1,147 milhões de euros (5%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2024	2023	Δ 2023
Ativos fixos tangíveis	20 354 074,00	20 670 791,10	- 316 717,10 €
Ativos intangíveis	98 089,54	103 139,31	- 5 049,77 €
Participações financeiras	290 479,10	290 479,10	- €
Diferimentos..	3 889,35	4 585,95	- 696,60 €
Outras contas a receber.	354 664,67	449 049,80	- 94 385,13 €
Ativo não Corrente	21 101 196,66	21 518 045,26	- 416 848,60 €
Inventários	75 400,68	68 611,79	6 788,89 €
Devedores por transferências e subsídios não	572 145,86	164 836,21	407 309,65 €
Clientes, contribuintes e utentes	11 394,33	16 737,70	- 5 343,37 €
Estado e outros entes públicos	49 801,10	42 752,00	7 049,10 €
Outras contas a receber	816 415,85	762 089,67	54 326,18 €
Diferimentos...	7 763,86	4 134,85	3 629,01 €
Caixa e depósitos	1 237 671,24	147 150,36	1 090 520,88 €
Ativo Corrente	2 770 592,92	1 206 312,58	1 564 280,34 €
Ativo Total	23 871 789,58	22 724 357,84	1 147 431,74 €

O **Ativo não corrente** com o valor de 21,101 milhões euros representa 88% do total do ativo, tendo registado uma diminuição de 417 mil euros (2%). Esta variação justifica-se nomeadamente pela rubrica **ativos fixos tangíveis** que representa 85% do total do ativo

onde no ano de 2024 se registaram adições no valor de 1,600 milhões de euros, as depreciações do período registaram o valor 1.088 milhões de euros.

O desreconhecimento do contrato de conceção com a Tejo Ambiente, EIM, também teve impacto da referida rubrica, registando uma diminuição no valor de 1,100 milhões de euros.

Em relação às **obras em Curso**, no ano de 2024, foram encerradas obras, cujo valor ascendeu a 2,561 milhões de euros.

Em relação ao **Ativo corrente**, com o valor de 2,771 milhões de euros, com o peso de 12%, registou um aumento de 130%, no valor de 1,564 milhões de euros. Para este aumento contribui a rubrica **Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis** que sofreu um aumento em cerca de 407 mil euros, face ao ano de 2023, sendo o mesmo justificado pela celebração da adenda ao protocolo com o Ministério de Educação, no âmbito da requalificação do edifício do Agrupamento de Escolas de Sardoaal, com reforço de 140 mil euros, não tendo até à data sido ressarcido, bem como o valor de 139 mil euros referente ao acerto final da candidatura da Biblioteca Municipal, o qual já foi recebido no mês corrente, e ainda o valor de 290 mil euros referente ao pedido de reembolso da candidatura Habitação 1º Direito, Habitações da Tapada da Torre.

A rubrica **Outras Contas a receber**, totaliza o valor de 816 mil euros, registando um aumento no valor de 54 mil euros.

De salientar ainda e apesar da rubrica **Clientes, contribuintes e utentes** apresentar um valor liquido de 11 mil euros, na mesma está considerada a verba de 888 mil euros referente a perdas por imparidades acumuladas, onde está inscrito o valor de 798 mil euros referente à venda da Barragem da Lapa.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 1, 238 milhões de euros, registou um aumento de 1,091 milhões de euros.

De salientar que referente ao valor mencionado, 751 mil euros é verba consignada a projetos, a saber:

- Condomínio das Aldeias – 55 mil euros;
- Habitação de Custos acessíveis (Fonte da Estrada) – 651 mil euros;
- Modernização da infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais – 45 mil euros;

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoal fechou o ano com um valor de 9,807 milhões de euros, sendo constituído em 73% por **Passivo não corrente** e em 27% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2024	2023	Δ 2023
Provisões	70 168,60	70 168,60	- €
Financiamentos obtidos	2 744 838,39	3 249 437,32	- 504 598,93 €
Fornecedores			- €
Diferimentos...	4 217 036,69	2 821 736,26	1 395 300,43 €
Outras contas a pagar	96 498,61	84 358,09	12 140,52 €
Passivo não Corrente	7 128 542,29	6 225 700,27	902 842,02 €
Credores por transferências e subsídios não re	17 890,69	155 991,93	- 138 101,24 €
Fornecedores.	365 332,14	917 001,39	- 551 669,25 €
Estado e outros entes públicos.	85 077,05	303 391,57	- 218 314,52 €
Financiamentos obtidos.	646 904,70	305 174,22	341 730,48 €
Fornecedores de investimentos	637 364,53	229 835,36	407 529,17 €
Outras contas a pagar.	768 489,60	740 741,03	27 748,57 €
Diferimentos.	157 620,67	75 933,79	81 686,88 €
Passivo Corrente	2 678 679,38	2 728 069,29	- 49 389,91 €
Passivo Total	9 807 221,67	8 953 769,56	853 452,11 €

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um aumento de 10%, sendo que, o **Passivo não corrente**, aumentou 15%, no valor de 903 mil euros, e o **Passivo corrente** com uma diminuição de 2%, no valor de 49 mil euros, totalizando o aumento no valor de 853 mil euros, face ao ano de 2023.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se que na rubrica **Provisões** se mantem igual ao ano transato, de referir ainda que o valor inscrito na referida rubrica é referente a um processo instaurado pelo IFAP, processo nº 1304/18.1 BELRA, solicitando a restituição de reembolso no valor de 70.168,60€ (PRODER- Ação 2.3.1./ Sub_ação 2.3.1.1. – Defesa da Floresta contra incêndios – Operação 020000029073), cuja a sentença foi proferida em 10.02.2024, que julgou o pedido da ação totalmente procedente e, em consequência, anulou o ato administrativo do IFAP que impunha a devolução das verbas acima referidas.

Mais se informa que IFAP apresentou recurso em 09.03.2024 e prestou caução para o recurso ter efeito suspensivo sobre a sentença proferida, estando a decorrer o prazo para o Município contra-alegar.

Em relação à rubrica **Financiamentos Obtidos** verifica-se que a mesma regista uma diminuição em cerca de 505 mil euros.

Durante o ano de 2024 foram feitos reembolsos no valor de 123 mil euros, referente às seguintes Empreitadas:

- Reparação das Vias “Depressão Elsa e Fabien” – 29 mil euros;

- Pavimentação Tapada da Torre – 56 mil euros;
- Pavimentação Pisão e Tojeira – 38 mil euros;

Em sentido contrário foi registado o valor de 637 mil euros, valor esse referente a previsão de amortizações a realizar em 2025, estando previsto amortizar-se excecionalmente o valor de 379 mil euros referente aos empréstimos da Requalificação do agrupamento de Escolas, 292 mil euros, e da Biblioteca Municipal no valor de 88 mil euros.

Em relação à rubrica **Diferimentos**, a mesma apresenta um valor de 4,217 milhões de euros, registando um aumento de 1,395 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que o aumento se deve a transferências de capital obtidas referente às obras ainda em curso ou ainda por iniciar, a saber:

- Habitação 1º Direito (Tapada da Torre) – 759 mil euros;
- Habitação de Custos acessíveis (Fonte da Estrada) – 678 mil euros;
- Modernização da infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais – 45 mil euros;

O **Passivo corrente**, tendo-se fixado no valor de 2,679 milhões de euros, com uma diminuição 49 mil euros.

A rubrica **Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos** que registou uma diminuição de 138 mil euros face ao ano anterior, fixando-se no valor de 18 mil euros. Nesta rubrica está incluída as hipotéticas dividas às Associações, uma vez que ascendia a 818 euros, CIMT, Tejo Ambiente no âmbito dos apoios sociais e Município de Abrantes referente às despesas do Canil.

As rubricas **Fornecedores cc**, e Estado e **outros entes públicos**, foram as que contribuíram mais para a referida diminuição, tendo registado variações no valor de 552 mil euros e 218 mil euros, respetivamente.

Em sentido contrário destaca-se a rubrica **Fornecedores Investimento**, que registou um aumento 408 mil euros face ao ano anterior, fixando-se no valor de 637 mil euros. Este valor refere-se nomeadamente aos autos de medição emitidos no mês de dezembro referente às obras em curso nomeadamente:

- Revisão de Preços da Empreitada da Biblioteca Municipal – 254 mil euros;
- Empreitada de Pisão e Tojeira – 39 mil euros;
- Empreitada das Passagens Hidráulicas – 143 mil euros;
- Empreitada das Habitações da Tapada da Torre – 77 mil euros;

Também a rubrica **Financiamento Obtidos**, registou um aumento de 341 mil euros, referindo-se às amortizações de empréstimos a realizar durante o ano de 2025, justificando-se o aumento pelo facto já referido anteriormente, isto é, previsão de se amortizar excecionalmente o valor de 379 mil euros.

Os **Fundos Próprios** que se fixaram no valor de 14,065 milhões de euros, tendo registado um aumento no valor de 294 mil euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica **Resultados Transitados**, registaram uma diminuição no valor de 998 mil euros face ao ano anterior, sendo o valor referente ao **Resultado líquido do exercício** do ano anterior.

A rubrica **outras variações no Património Líquido**, totalizam 12,764 milhões euros, tendo registado um aumento no valor de 624 mil euros, sendo que as variações se justificam na sua grande maioria, da seguinte forma:

- **Aumentos** - Totalizaram o valor de 2,113 milhões de euros
 - Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) – 373 mil euros;
 - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – 617 mil euros;
 - Recebimentos de Fundos Comunitários – 1,085 milhões de euros;
 - Aumento dos subsídios referente ao contrato da conceção da E_Redes – 38 mil euros;
- **Diminuições** - Totalizaram o valor de 1,640 milhões de euros
 - Imputação de subsídios e transferências para investimento – 599 mil euros;
 - Transferência para a conta “2822 – Transferência e subsídios de capital obtidos com condições” – 281 mil euros;
 - Desreconhecimento dos montantes referente à conceção da entidade Tejo Ambiente, EIM – 760 mil euros;
- **Regularizações** - Totalizaram o valor de 119 mil euros
 - Transferência de valores referente ao FEF e Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 referente a obras em curso que estavam registados na conta “2822 – Transferência e subsídios de capital obtidos com condições” uma vez que estas não têm condições, a saber:
 - Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) – 364 mil euros;
 - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – 538 mil euros;
 - Regularização referente a montantes do FEF – (179 mil euros);

- Regularização referente a montantes do Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – (85 mil euros);
- Outras Regularizações – (519 mil euros);

O **Resultado líquido do período**, no valor negativo de 330 mil euros, registou uma variação positiva no valor de 668 mil euros, face ao período homólogo.

Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2024	2023	Δ 2023
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	- €
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	- €
Resultados transitados	-19 805 742,27	-18 807 795,99	- 997 946,28 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	- €
Outras variações no Património Líquido	12 764 341,67	12 140 440,84	623 900,83 €
Resultado líquido do período	-329 921,20	-997 946,28	668 025,08 €
Passivo dos Fundos Próprios	14 064 567,91	13 770 588,28	293 979,63 €

2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é negativo, e ascende a cerca de 330 mil euros, sendo que o mesmo diminui, face ao ano anterior, em cerca de 668 mil euros.

Falando agora sobre as componentes da demonstração de resultados, **os rendimentos**, em 2024 foram de 8,341 milhões de euros para um nível de gastos de 8,671 milhões de euros, tendo-se verificado, aumentos em cerca de 15% nos rendimentos e de 5% nos gastos, mais 1,112 milhões euros e 444 mil euros respetivamente.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2024.

Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2024	2023	Δ 2023	Δ 2023 (valor)
Impostos, contribuições e taxas	586 978,73	570 143,14	3%	16 835,59
Vendas	644,79	1 199,02	-46%	-554,23
Prestações de serviços e concessões	381 193,30	333 585,89	14%	47 607,41
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 259 291,22	5 482 358,07	14%	776 933,15
Trabalhos para a própria entidade	23 813,52	21 258,28	12%	2 555,24
Outros rendimentos	1 076 338,38	818 580,07	31%	257 758,31
Rendimentos/Gastos imputados de entidades cor		2 412,87	-100%	-2 412,87
Juros e rendimentos similares obtidos	12 886,29			12 886,29
Total de Proveitos	8 341 146,23	7 229 537,34	15%	1 111 608,89

Prestação de Contas 2024

Os **Rendimentos** ascenderam a 8,341 milhões de euros, registando um aumento de 15%, o que representa em termos absolutos, uma variação no valor de 1,112 milhões de euros.

A rubrica **Impostos, contribuições e taxas** com o valor de 587 mil euros, registou um aumento de 3%, que equivale a uma variação no valor de 17 mil euros. As rubricas que contribuíram maioritariamente para esta variação, foi a rubrica **Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis**, com um aumento de 19 mil euros, e a rubrica **Imposto único de circulação**, com um aumento de 6 mil euros. E sentido contrário, a rubrica **Imposto municipal sobre imóveis**, diminuiu em cerca de 13 mil euros.

A rubrica **Prestações de serviços e concessões** totaliza o valor de 381 mil euros, registando um aumento de 48 mil euros. Para este aumento, destaca-se 2 rubricas, a saber:

- Os serviços de Desporto, aumento de 13 mil euros, totalizando 51 mil euros;
- Contrato de Concessão com a E-Redes, aumentando 70 mil euros, totalizando o valor de 185 mil euros;

Em sentido contrário, a rubrica **Atividades tempos livre, jardins de infância e creches**, que registou uma diminuição em cerca de 25 mil euros, uma vez que a creche Municipal passou a ser gratuita para grande parte dos utentes. Também a rubrica **Transportes Escolares** registou uma diminuição em cerca de 13 mil euros derivado também à gratuitidade dos mesmos.

A rubrica **Transferências e subsídios correntes obtidos** com o valor de 6,259 milhões de euros, registando um aumento de 14%, o que equivale ao valor de 777 mil euros. Abaixo apresenta-se mapa com a discriminação das componentes que constituem a referida componente:

Transferências e subsídios correntes obtidos

	Rendimentos	2024	2023	Varição
751110	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	617 243,25 €	- €	617 243,25
751113	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3 353 608,00 €	3 416 674,00 €	-63 066,00
751114	Fundo Social Municipal (FSM)	111 349,00 €	94 647,00 €	16 702,00
751115	Participação no IRS	161 478,00 €	144 129,00 €	17 349,00
751118	Participação do IVA	26 811,00 €	46 181,52 €	-19 370,52
7511190301	Educação - IGEFE - Trf. Competências (Lei n.º 50/2018)	891 583,71 €	905 343,29 €	-13 759,58
7511190302	Saúde - ARSLVT - Trf. Competências (Lei n.º 50/2018)	219 538,47 €	194 259,29 €	25 279,18
7511190303	Ação Social- TRF competências (Lei n.º50/2018)	76 565,00 €	71 092,00 €	5 473,00
75111905	IFAP - Gabinete Florestal	13 979,00 €	13 979,00 €	
75111906	AFN - Sapadores Florestais	61 600,00 €	50 383,33 €	11 216,67
75111907	ANPC - Despesas Ext. c/ Fogos Florestais	16 794,22 €	12 067,21 €	4 727,01
75111911	ANPC - Posicionamento de Meios- Alimentação	136,40 €	359,50 €	-223,10
75111914	INEM - Posto de Emergência Médica (PEM)	77 330,93 €	61 530,00 €	15 800,93
75111915	ANPC - DECIR	232 210,95 €	183 670,70 €	48 540,25
75111916	CEI e CEI+	57 244,40 €	37 790,44 €	19 453,96
75111917	EAEE (Emprego Apoiado)	35 026,31 €	26 656,80 €	8 369,51
75111919	ANEPC - Protocolo Brigada de Aérodromo (SBA) (S-1591)	1 530,00 €	3 650,00 €	-2 120,00
75111920	ICNF- EQUIPAMENTO	8 132,00 €	5 000,00 €	3 132,00
75111921	Radar Social	32 350,82 €	2 720,42 €	29 630,40
75111999	Outros	48 153,81 €	39 539,57 €	8 614,24
751121	IHRU	- €	15 744,00 €	-15 744,00
751129	Outras	153 037,40 €	- €	153 037,40
751139	Outros	3 045,62 €	991,67 €	2 053,95
75141	FEDER	10 542,93 €	107 157,56 €	-96 614,63
75149	Outras	- €	32 269,56 €	-32 269,56
751901	Dentes de Leão	- €	16 522,21 €	-16 522,21
752212	Serviços e Fundos Autónomos	50 000,00 €	- €	50 000,00
Total de Proveitos		6 259 291,22	5 482 358,07	776 933,15

Para o referido aumento, destaca-se o aumento da rubrica **Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013**, totalizando o valor de 617 mil euros.

A situação em apreço é decorrente da aplicação do artigo 52.º, n.º 11 da Lei do Orçamento do Estado para 2024, o qual prevê que 50% da receita proveniente do artigo 35.º, n.º 3 da Lei 73/2023 possa ser registada como receita orçamental corrente e consequentemente em rendimentos do período na rubrica 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos, enquanto em 2023, esta receita era integralmente reconhecida como receita orçamental de capital.

Em sentido contrário, destaca-se a rubrica **Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)**, que registou uma diminuição no valor de 63 mil euros, totalizando 3,354 milhões de euros.

A rubrica **outros rendimentos** com o registo de 1,076 milhões de euros, aumentou em cerca de 257 mil euros, destacando-se o aumento da rubrica **Imputação de subsídios e transferências para investimentos** no valor de 92 mil euros, totalizando 600 mil euros.

Efetuada uma análise, em termos absolutos, aos **gastos** de 2024, podemos concluir que houve um aumento de 444 mil euros, face ao ano de 2023.

Evolução dos Gastos

Gastos	2024	2023	Δ 2023	Δ 2023 (valor)
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	59 251,59	60 071,78	-1%	-820,19
Fornecimentos e serviços externos	1 808 226,43	1 862 241,32	-3%	-54 014,89
Gastos com pessoal	4 486 976,62	4 269 190,79	5%	217 785,83
Transferências e subsídios concedidos	778 498,41	642 369,36	21%	136 129,05
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 176,38	29 771,94	-76%	-22 595,56
Outros gastos	284 195,38	240 763,58	18%	43 431,80
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 088 133,82	999 661,00	9%	88 472,82
Juros e gastos similares suportados	158 608,80	123 413,85	29%	35 194,95
Total dos Gastos	8 671 067,43	8 227 483,62	5%	443 583,81

A rubrica **Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos** com o valor de 59 mil euros, tendo-se mantido igual ao registo de do ano de 2023.

A rubrica **Fornecimentos e serviços externos** com o valor de 1,808 milhões de euros, tendo registado uma diminuição no valor de 54 mil euros. Para uma melhor clarificação referente às alterações verificadas, abaixo apresenta-se o seguinte mapa com as sub-rubricas que se destacam:

Fornecimentos e Serviços	2024	2023	Varição
Outros - Outros	175 091,33 €	56 853,25 €	118 238,08 €
Projetos e serviços de informática	71 895,81 €	39 990,15 €	31 905,66 €
Aluguer de Equipamento	69 357,63 €	38 216,93 €	31 140,70 €
Outros - Serviços Culturais	110 741,91 €	80 862,11 €	29 879,80 €
Publicidade, comunicação e imagem	62 489,27 €	34 448,39 €	28 040,88 €
Gás - Instalações de Serviços	72 609,24 €	56 289,80 €	16 319,44 €
Formação ao pessoal	8 455,57 €	22 174,90 €	- 13 719,33 €
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	13 991,26 €	31 618,61 €	- 17 627,35 €
Outros serviços especializados	15 218,61 €	34 594,78 €	- 19 376,17 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	8 423,01 €	28 170,18 €	- 19 747,17 €
Transportes Escolares	15 585,55 €	42 122,37 €	- 26 536,82 €
Água	157 370,40 €	190 745,61 €	- 33 375,21 €
Iluminação Pública	104 713,42 €	149 942,10 €	- 45 228,68 €
Eletricidade	188 004,75 €	308 027,74 €	- 120 022,99 €

Os **gastos com o pessoal** que ascenderam a cerca de 4,487 milhões de euros, tendo um peso de 52% do total dos gastos, registando um aumento de 5%, no valor de 218 mil euros face a 2023. Para tal destacaram-se as seguintes rubricas:

- Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com aumento de 110 mil euros;
- Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, com aumento de 18 mil euros;
- Trabalho extraordinário, com aumento de 23 mil euros;
- Caixa Geral de Aposentações, com aumento de 21 mil euros;
- Segurança Social - Regime Geral, com aumento de 42 mil euros;

Em sentido contrario, com reduções significativas, salientam-se as seguintes rubricas:

- Reembolsos ADSE, com redução de 46 mil euros;
- Serviço Nacional de Saúde (SNS), com redução de 58 mil euros;

Em relação às **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 778 mil euros, com um aumento no valor de 136 mil euros comparativamente com 2023.

Abaixo apresenta-se o seguinte mapa, com a tipologia das transferências:

Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2024	31/12/2023	Δ 2023
Administração Central	- €	- €	
Administração Local	212 902,65 €	153 971,54 €	38%
Freguesias	67 927,00 €	67 927,00 €	0%
Associação de Municípios	48 673,71 €	54 314,71 €	-10%
Municípios	52 244,53 €	16 149,86 €	223%
Empresas Locais	41 557,41 €	15 579,97 €	167%
Outros	2 500,00 €	- €	100%
Outros setores institucionais	507 963,72 €	447 503,17 €	14%
Instituições sem Fins Lucrativos	69 701,83 €	85 688,90 €	-19%
Famílias	438 261,89 €	361 814,27 €	21%
Rede Solidária do Medicamento	675,00 €	4 050,00 €	-83%
Ação Social	- €	16 086,46 €	-100%
Bolsa de estudo	10 300,00 €	9 600,00 €	7%
Apoio à Natalidade	6 416,24 €	6 643,75 €	-3%
Transportes Escolares	- €	5 029,95 €	-100%
Emprego Apoiado	82 203,41 €	52 883,89 €	55%
Centro Emprego Inserção	99 673,52 €	70 177,55 €	42%
Decir	224 294,74 €	190 122,43 €	18%
Outros	14 698,98 €	7 220,24 €	104%
Subsídios Correntes Concedidos	22 537,25 €	13 245,85 €	70%
Instituições sem Fins Lucrativos	22 537,25 €	13 245,85 €	70%
Transferência Capital Concedidas	35 094,79 €	27 648,80 €	27%
Administração Local	10 164,89 €	16 149,86 €	-37%
Associação de Municípios	2 260,00 €	- €	100%
Municípios	7 904,89 €	16 149,86 €	-51%
Outros setores institucionais	24 929,90 €	11 498,94 €	117%
Instituições sem Fins Lucrativos	24 929,90 €	11 498,94 €	117%
Total de Transferências e Subsídios Concedidos	778 498,41 €	642 369,36 €	21%

A rubrica **outros gastos**, com o valor de 284 mil de euros, registando um aumento de 43 mil euros face ao ano de 2023. Nesta componente as **correções de relativas a períodos anteriores** registaram um aumento de 31 mil euros.

A rubrica **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1,088 milhões de euros, registaram um aumento de 88 mil euros face ao ano de 2023.

Em relação aos **juros e gastos similares suportados**, registou se um aumento de 35 mil euros, tendo em conta a conjuntura atual, neste caso a manutenção das taxas de juro a um nível elevado.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores	Rácio	2024	2023
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,59	0,61
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	1,43	1,54
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,03	0,44
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	1,01	0,42
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	0,46	0,05
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-2%	-7%

2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

De referir que este princípio esteve suspenso nos anos anteriores, pelo que no exercício de 2024, o mesmo é tido em conta.

Abaixo apresenta-se mapa com o cálculo do mesmo.

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013	
Receita corrente cobrada bruta	
>=	
Despesa corrente + amortização média	
Receita corrente cobrada bruta	7 248 345,43
Despesa corrente	8 150 101,56
Amortizações médias	357 874,25
Valor a Compensar referente ao ano anterior	315 590,83
Equilíbrio	
Desequilíbrio	1 575 221,21
Limite -5% das receitas correntes*	362 417,27
*o excesso deverá ser compensado no ano seguinte (n.º3, art.º 40º)	

Como se pode verificar o Município de Sardoal, e de acordo com os requisitos para o cálculo do referido princípio está em desequilíbrio.

As grandes linhas estratégicas do Município tem sido “investir” fortemente na Educação, na Ação Social, no Turismo, na Cultura, no Apoio ao Associativismo, sendo que o mesmo é feito através ações desenvolvidas pelos trabalhadores e com equipamentos do Município, ou então através de prestações de serviços, sendo que toda esta despesa se enquadra, nos termos da Lei, como despesa corrente.

Também a necessidade de acesso aos Fundos Comunitários, e sabendo que o Município possa beneficiar dos mesmos, existe a obrigatoriedade de suportar a contrapartida nacional, que só através de contratação de empréstimos é que se consegue cumprir com essa obrigação. Também aqui, estas despesas apesar de não serem correntes tem essa característica, pois integram, para o cálculo do princípio a componente das Amortizações Médias dos Empréstimos.

Outra necessidade que o Município tem tido nos últimos anos é a reparação de algumas vias de comunicação, onde para as quais não tem havido Fundos Comunitários. Também aqui, a única forma de colmatar esta necessidade é adesão à contratação de empréstimos, e apesar de a obra ser um investimento, mas, o facto de se recorrer a empréstimos, essa verba passa a ter carisma de despesa corrente.

Apesar do não cumprimento pontual do princípio do equilíbrio, o Município mantém mecanismos de controlo interno e rigor na gestão financeira, estando a ser implementadas medidas de ajustamento e correção para assegurar o reequilíbrio orçamental nos exercícios seguintes, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

2.5. Endividamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei 35/2021, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2024 do Município de Sardoal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2024, não excedeu o limite de endividamento.

Receita corrente cobrada líquida (inclui a receita dos serviços municipalizados) (€)

Receita Corrente Líquida 2021	Receita Corrente Líquida 2022	Receita Corrente	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3
5 890 036,77	6 109 085,83	6 306 304,57	18 305 427,17	6 101 809,06

Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais) :

*Limite da dívida total (1,5*média da receita cobrada líquida dos últimos três anos (Art.º 52 Lei n.º*

Limite da dívida total 9 152 713,58 €

Dívida total da autarquia (€)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Excluindo Não Orçamentais, capital	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*40%
01/01/2024							
	5 277	10 611,62	5 287	3 849 439,39		5 303 274,2	2 121 309,68
9 152 713,59				31/12/2024			
	4 614	11 576,21	4 625	3 543 726,33		5 608	n.a.
Variação da Dívida %							-7,94
Variação do Excesso da Dívida %							0,00
Margem Disponível por Utilizar							2 427 022,74

Nota: n.a. - não aplicável

2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total, excluindo a dívida das participadas, em 2024 ascende a 4,614 milhões de euros, registando uma diminuição de 660 mil euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 2,841 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 1,772 milhões euros, tendo os mesmos registado diminuições no valor de 492 mil euros, e 167 mil euros respetivamente.

Evolução da dívida global

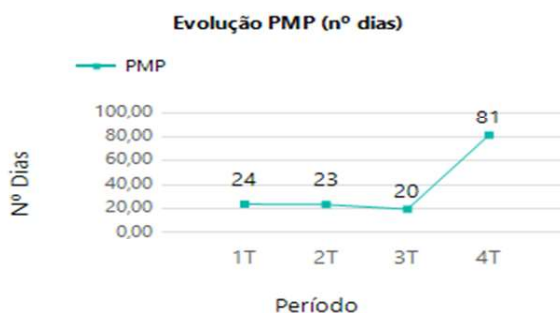
Dívida Total	2024	2023	Diferença	Δ 2023
Financiamentos obtidos	2 744 838,39	3 249 437,32	-504 598,93	-16%
Fornecedores				
Outras contas a pagar	96 498,61	84 358,09	12 140,52	14%
Passivo não Corrente	2 841 337,00	3 333 795,41	-492 458,41	-15%
Credores por transferências e subsídios não re	17 890,69	155 991,93	-138 101,24	-89%
Fornecedores.	365 332,14	917 001,39	-551 669,25	-60%
Estado e outros entes públicos.	85 077,05	303 391,57	-218 314,52	-72%
Financiamentos obtidos.	646 904,70	305 174,22	341 730,48	112%
Fornecedores de investimentos	637 364,53	229 835,36	407 529,17	177%
Outras contas a pagar.	19 659,77	28 259,74	-8 599,97	-30%
Passivo Corrente	1 772 228,88	1 939 654,21	-167 425,33	-9%
Dívida Total	4 613 565,88	5 273 449,62	-659 883,74	-13%

Em relação às justificações referente às variações registadas, as mesmas já foram dadas no capítulo do Balanço, no caso concreto o Passivo.

Mesmo assim destaca-se a diminuição da dívida no total de 660 mil euros, fixando-se nos 4,614 milhões de euros.

2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho nº 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2024, o mesmo registava um prazo de **81 dias** contra os 22 dias registados em 31 dezembro de 2023.



3.Contabilidade de Gestão

Tal como já referido no ano anterior e reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2021, nomeadamente no que se refere aos

requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o qual até à data ainda não sofreu qualquer alteração.

Contudo, e considerando que o Município exerce uma atividade com reduzida diversidade de funções e custos, sendo os processos internos de planeamento, controlo e avaliação suficientemente suportados por instrumentos alternativos de controlo interno e gestão orçamental.

Adicionalmente, a ausência de requisitos legais ou regulamentares específicos que imponham a adoção plena da NCP 27, aliada à inexistência de riscos relevantes que exijam uma segregação e análise detalhada de centros de custo ou unidades de responsabilidade, fundamenta a não apresentação desta norma no contexto atual.

Apesar do exposto, a entidade reconhece a importância da contabilidade de gestão como ferramenta de apoio à decisão e está a avaliar a sua aplicação futura, em função da evolução das suas necessidades de gestão e da sua capacidade organizativa.

Assim no ano de 2022, já foi criado um plano, o qual se mantém para o exercício de 2024, tendo em conta as grandes rubricas dos Bens ou serviços, decompondo-se em quatro componentes:

- Mão de obra;
- Outros Custos;
- Depreciações;
- Custos Indiretos;

3.1. Análise de custos por bem ou serviço

Apesar de estar estabelecida uma classificação funcional dos custos de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n° 192 /2015 de 11 de setembro, o Município entendeu criar o seu próprio plano, indo o mesmo ao encontro do estabelecido na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP.

Nesta análise e sabendo que a perfeição no âmbito dos gastos ainda está aquém, no ano de 2024 continuámos a preocuparmo-nos apenas com os gastos, ficando a análise dos rendimentos para anos futuros.

Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido.

Em relação aos Bens e serviços verifica-se que o bem ou serviço com maior peso, 19%, é **EDUCAÇÃO**, totalizando 1,678 milhões de euros, tendo registado um aumento de 388 mil euros, face ao ano de 2023.

Este aumento pode ser interpretado como um investimento estratégico para dar suporte à transferência de competências da administração central para o Município, para gerir infraestruturas escolares, garantir o fornecimento de refeições, assegurar transportes escolares e contratar pessoal de apoio, entre outros serviços.

Posicionado na segunda posição vem **ADMINISTRAÇÃO GERAL**, em que os gastos totalizam 1.368 milhões de euros, com peso de 16%, registando uma diminuição de 1,507 milhões de euros, face ao ano de 2023.

No **PATRIMONIO, CULTURA E CIÊNCIA**, totalizou um gasto de 1,343 milhões de euros, com um peso de 15%, tendo registado um aumento de 635 mil euros, face ao de 2023.

Na **PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS**, totalizou de gastos o valor de 1.067 milhões de euros, com peso de 12%, tendo registado um aumento de 162 mil euros face ao ano de 2023.

Gastos por Funções

Código	Bem ou Serviço	Custos Diretos			Custos Indiretos			Total dos Custos	Execução
		Mão de Obra	Outros Custos	Total dos Custos Diretos	Custos Indiretos	Amortizações	Total dos Custos Indiretos		
01	PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	44 069,78 €	299 887,75 €	343 957,53 €	589 004,47 €	134 070,29 €	723 074,76 €	1 067 032,29 €	12%
02	EDUCAÇÃO	50 791,80 €	490 000,16 €	540 791,96 €	926 070,38 €	210 793,85 €	1 136 864,23 €	1 677 656,19 €	19%
03	SAÚDE	18 058,51 €	86 324,36 €	104 382,87 €	178 748,75 €	40 687,12 €	219 435,87 €	323 818,74 €	4%
04	AÇÃO SOCIAL	2 416,12 €	43 734,27 €	46 150,39 €	79 029,48 €	17 988,84 €	97 018,32 €	143 168,71 €	2%
05	HABITAÇÃO SOCIAL	151,38 €	75 296,45 €	75 447,83 €	129 199,41 €	29 408,61 €	158 608,02 €	234 055,85 €	3%
06	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	161,48 €	1 504,15 €	1 665,63 €	2 852,28 €	649,24 €	3 501,52 €	5 167,15 €	0%
07	AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	52 296,74 €	67 115,72 €	119 412,46 €	204 485,92 €	46 545,46 €	251 031,39 €	370 448,85 €	4%
08	PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	44 541,93 €	388 348,87 €	432 890,80 €	741 296,80 €	168 735,35 €	910 032,15 €	1 342 922,95 €	15%
09	TEMPOS LIVRES E DESPORTO	13 854,01 €	153 036,67 €	166 890,68 €	285 789,23 €	65 051,87 €	350 841,10 €	517 731,78 €	6%
10	INDÚSTRIA E ENERGIA	0,00 €	113 430,47 €	113 430,47 €	194 242,16 €	44 213,76 €	238 455,92 €	351 886,39 €	4%
11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	43 905,89 €	55 530,07 €	99 435,96 €	170 277,49 €	38 758,88 €	209 036,37 €	308 472,33 €	4%
12	COMÉRCIO E TURISMO	30 677,57 €	39 712,56 €	70 390,13 €	120 538,43 €	27 437,18 €	147 975,61 €	218 365,74 €	3%
14	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	8 970,14 €	81 177,17 €	90 147,31 €	154 371,29 €	35 138,28 €	189 509,57 €	279 656,88 €	3%
16	ADMINISTRAÇÃO GERAL	38 633,36 €	409 708,00 €	448 341,36 €	748 984,89 €	170 485,32 €	919 470,21 €	1 367 811,57 €	16%
20	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	0,00 €	149 234,66 €	149 234,66 €	255 554,46 €	58 169,78 €	313 724,24 €	462 958,90 €	5%
Totais		348 528,71 €	2 454 041,33 €	2 802 570,04 €	4 780 445,45 €	1 088 133,82 €	5 868 579,27 €	8 671 149,31 €	100%

Evolução 2024 vs 2023

Código	Bem ou Serviço	2024	2023	Diferença
01	PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	1 067 032,29 €	905 421,11 €	161 611,18 €
02	EDUCAÇÃO	1 677 656,19 €	1 289 778,26 €	387 877,93 €
03	SAÚDE	323 818,74 €	236 069,31 €	87 749,43 €
04	AÇÃO SOCIAL	143 168,71 €	167 907,41 €	-24 738,70 €
05	HABITAÇÃO SOCIAL	234 055,85 €	67 867,92 €	166 187,93 €
06	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	5 167,15 €	26 299,56 €	-21 132,41 €
07	AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	370 443,85 €	299 979,66 €	70 464,19 €
08	PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	1 342 922,95 €	708 255,69 €	634 667,26 €
09	TEMPOS LIVRES E DESPORTO	517 731,78 €	514 074,88 €	3 656,90 €
10	INDÚSTRIA E ENERGIA	351 886,39 €	348 586,29 €	3 300,10 €
11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	308 472,33 €	394 718,17 €	-86 245,84 €
12	COMÉRCIO E TURISMO	218 365,74 €	150 003,73 €	68 362,01 €
14	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	279 656,88 €	108 251,67 €	171 405,21 €
16	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 367 811,57 €	2 874 321,67 €	-1 506 510,10 €
20	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	462 958,90 €	136 804,20 €	326 154,70 €
Totais		8 671 149,31 €	8 228 339,53 €	442 809,78 €

4. Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei).

O Município de SardoaL à data de 31 dezembro de 2024, **não** apresentava pagamentos em atraso.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 329 921,20 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

Capítulo III – Reporting de atividades

O ano de 2024 seguiu em linha com o do ano anterior, ou seja, condicionado pelo ritmo dos avisos de abertura dos diferentes instrumentos de apoio, tais como: o Quadro Comunitário 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência e o Plano de Revitalização do Pinhal Interior.

Como sabemos, a atividade dos municípios, nas suas diversas áreas de intervenção, tem sofrido pressões muito substanciais, com impactos diretos e relevantes na sua gestão.

Destacamos o processo de descentralização, com custos gerais e administrativos acrescidos que podem não ser compensados pelo Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), os desafios no direito à habitação, onde os municípios se veem obrigados a intervir sem o adequado e atempado financiamento; ou ainda as sempre crescentes e subfinanciadas exigências ao nível da proteção civil entre outras.

Sendo certo que outras condicionantes continuaram a sentir-se, originando o aumento do custo de vida, das matérias-primas e à escassez de mão-de-obra, o que tem provocado uma maior dilação nos prazos de conclusão das diferentes obras. Não alheio a tudo isto e, lamentavelmente com um final difícil de prever, não nos podemos esquecer dos efeitos de uma guerra na Europa e o seu forte impacto nas diferentes economias mundiais. Foi com estas duras realidades que nos confrontámos durante o ano de 2024.

Apesar dos constrangimentos apontados anteriormente, de uma forma geral, não deixámos de contribuir para a resolução das necessidades básicas assim como, para a qualidade de vida dos Sardoalenses onde se incluem áreas como a Ação Social, a Cultura, a Proteção Civil, o Associativismo entre muitas outras à frente descritas, não nos deixando resumir às obras materiais.

Demos especial destaque às franjas mais vulneráveis da nossa comunidade, aos mais necessitados, aos mais expostos, às adversidades que uma conjuntura mais desfavorável em nada ajuda.

Neste documento damos reporte da situação económica e financeira decorrente da execução de todas as atividades desenvolvidas ao longo do ano, inscritas nas Grandes Opções do Plano e diferentes dotações corrigidas em orçamento:

1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ Qualquer organização que se queira eficaz, dinâmica e com visão de futuro terá de ter sempre em consideração a valorização profissional dos seus trabalhadores, assim, não

descuidamos, de modo algum a formação dos nossos recursos humanos sendo que, a maioria da formação é realizada em estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;

- ✓ A aplicação da descentralização de competências tem-se revelado de especial importância nas políticas de proximidade, como tal, será sempre uma prioridade esta partilha entre diferentes entidades tais como o Estado Central e as Freguesias do nosso Concelho;
- ✓ As condições que disponibilizamos, não só para os nossos trabalhadores assim como para os munícipes, têm vindo a ser alvo de intervenções visando as melhores condições não só físicas como na modernização de equipamentos no âmbito da modernização administrativa;
- ✓ Com ano de 2024, encerrámos a nossa estratégia, em articulação com os diferentes parceiros, referente atual quadro comunitário 2030. Há que a por execução de acordo com o planeamento que não será só da nossa responsabilidade. Também o Plano de Recuperação e Resiliência nos tem merecido a melhor atenção como veremos mais à frente, assim como o Plano de Revitalização do Pinhal Interior.
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
 - No ano em referência há a destacar a estratégia municipal com vista à criação das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem com a sua aprovação no final do ano;
 - No Gabinete Técnico Florestal foi dada continuidade às atividades de acompanhamento, desenvolvimento e execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
 - Foram efetuados trabalhos de manutenção das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária como da rede secundária, de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Rurais;
 - Foram garantidas todas as ações de proteção e socorro pelos Bombeiros Municipais de Sardoaal, não só no nosso concelho como em diferentes regiões do nosso País;
 - Acompanhámos todas as ações preventivas e de mitigação de riscos existentes no território;
 - Foram implementadas as diferentes ações previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;
 - Celebrámos o “Mês da Proteção Civil”, desenvolvendo atividades junto da população, nomeadamente da comunidade escolar;

- Garantimos a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros, tanto ao nível de recursos humanos, como de equipamentos de proteção;
- Promovemos a substituição de recursos materiais e equipamentos de intervenção, procurando a melhoria operacional do Corpo de Bombeiros;
- Colaborámos com a ANEPC no âmbito dos dispositivos de prevenção e socorro implementados no nosso território;
- Colaborámos com a UEPS (GNR) na operacionalização do Centro de Meios Aéreos de Sardoaal.

As atividades realizadas foram em estreita colaboração com os parceiros privilegiados neste âmbito como é o caso do ICNF, GNR, ANEPC e INEM.

1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**:

- ✓ A nossa ação no âmbito das políticas tem uma especial incidência na área da Educação, levando-nos a criar diferentes parcerias, não só com o Agrupamento de Escolas de Sardoaal, como com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, entre outros;
- ✓ Depois do processo de aprovação da candidatura para a construção de infraestruturas na valência de Creche, houve lugar ao procedimento de contratação pública para a realização da empreitada;
- ✓ Continuámos com os programas da Componente de Apoio à Família (CAF) Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- ✓ Demos continuidade em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol à implementação do projeto “A Hora do Super Quinas” no programa de AEC;
- ✓ Disponibilizámos o programa “Escola Virtual” para todos os alunos do 1º Ciclo e 2º ciclo;
- ✓ Demos continuidade à nossa participação na Rede de Escolas de Excelência;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão da Carta Educativa e ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Educação;
- ✓ Implementámos o projeto Educação pela Arte para os alunos de 1º Ciclo;
- ✓ Demos continuidade ao projeto T-Code – Literacia Digital, para os alunos de 1º ciclo;
- ✓ Realizámos a visita de estudo ao estrangeiro com os alunos do ensino secundário, em articulação com o Agrupamento de Escolas;
- ✓ Apoiámos o desenvolvimento do Plano Anual de Atividades, nomeadamente com a disponibilização de transporte para Visitas de Estudo de âmbito curricular;
- ✓ Majorámos o apoio atribuído no âmbito da Ação Social Escolar;

- ✓ Demos início ao procedimento para a implementação do projeto PEDIME III com o Agrupamento de Escolas de Sardoaal;
- ✓ Demos continuidade à oferta de refeições a todos os alunos até ao 3º Ciclo;
- ✓ Apoiámos o Agrupamento de Escolas na criação de mais duas salas de aulas, uma para o 1º ciclo e outra para o Jardim de Infância (aquisição de equipamento).

- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
 - Ao nível da **Educação:**
 - Demos continuidade ao programa da fruta escolar;
 - Desenvolvemos atividades de tempos livres (Férias Desportivas) no período de interrupção letiva no verão;
 - Realizámos em parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoaal o ATL de Verão;
 - Atribuímos Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior.

 - Ao nível da **Habitação:**
 - Demos continuidade à execução da Estratégia Local da Habitação, mais concretamente com a elaboração de projetos e candidaturas para o 1º Direito e Habitação a Custos Controlados com a assinatura de protocolos com o IHRU;
 - Demos continuidade ao trabalho de articulação com os proprietários privados no âmbito do 1º Direito;
 - Acompanhámos as obras de requalificação dos prédios da Tapada da Torre;
 - Elaborámos todos os procedimentos com vista ao concurso da empreitada dos fogos habitacionais da Fonte da Estrada.

 - Outras áreas **Sociais**
 - Informámos e procedemos ao encaminhamento para intervenção em situações ligadas aos problemas de alcoolismo, toxicod dependência, saúde mental, violência doméstica e outros;
 - Organizámos e acompanhámos ações de promoção do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e emocional das crianças e jovens;
 - Assegurámos o atendimento diário aos Munícipes;
 - Demos continuidade às atividades no âmbito da Loja Social;
 - Demos continuidade ao apoio à natalidade;
 - Demos continuidade ao projeto de teleassistência para os idosos;

- Demos continuidade à implementação da prática do voluntariado no Concelho, de modo a promover a entreaajuda em vários domínios (social, cultural, desportivo e outros);
 - Procedemos ao atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica no âmbito do Espaço M;
 - Demos continuidade ao programa *abem* – Rede Solidária do Medicamento;
 - Demos continuidade ao trabalho até então desenvolvido no reforço das atividades da Universidade Sénior;
 - Concluímos, em articulação com os restantes parceiros da CIMT o Plano Municipal para a Igualdade;
 - Fizemos o atendimento de cidadãos para a prestação social de Rendimento Social de Inserção;
 - Apoiámos a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
 - Desenvolvemos formação para os jovens na valência de monitores de campos de férias.
- ✓ No âmbito da **Rede Social**:
- Dinamizámos parcerias através de Reuniões do Núcleo Executivo e do Conselho Local de Ação Social (CLAS);
 - Articulámos com as instituições da região no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas – POAPMC;
 - Promovemos as atividades no âmbito da Equipa para a Igualdade na Vida Local;
 - Desenvolvemos atividades no âmbito da “Garantia para a Infância”;
 - Demos início ao novo projeto de CLDS-5G;
 - Iniciámos o projeto Radar Social;
 - Desenvolvemos atividades no âmbito da “Igualdade de género e não discriminação”.
- ✓ No âmbito dos **Serviços Culturais**:
- Realizámos o Encontro Internacional de Piano;
 - Dinamizámos diversas atividades no Centro Cultural;
 - Dinamizámos as Festas do Concelho;
 - Dinamizámos diferentes atividades no âmbito do apoio à programação da Direção Geral das Artes;

- Demos continuidade aos projetos no âmbito dos “Caminhos Literários” em parceria com os municípios de Abrantes e Constância.
- ✓ No âmbito da **Biblioteca**:
- Continuámos com a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel para a nova Biblioteca Municipal, assim como toda a área envolvente;
 - Realizámos a Semana da Leitura;
 - Trabalhámos em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas do Médio Tejo no desenvolvimento de projetos intermunicipais;
 - Demos continuidade à dinamização da Rede de Bibliotecas de Sardoal;
 - Realizámos atividades de promoção do gosto pela leitura e pela produção literária (concursos, palestras, workshops);
 - Assinalámos e comemorámos diferentes datas com diferentes atividades, nomeadamente exposições.
- ✓ O **Turismo** tem um lugar especial em toda a nossa estratégia, não só pela valorização de todo um património existente em Sardoal, como atividade que dinamiza a nossa economia local assim,
- Representámos o Município no Workshop Internacional Religioso em Fátima;
 - Participámos na Bolsa de Turismo de Lisboa;
 - Participámos na celebração do Dia Nacional dos Moinhos;
 - Participámos no grupo de trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo;
 - Demos continuidade à inserção de conteúdos no Arquivo da Memória;
 - Participámos na construção e dinamização do projeto de promoção das Artes e Ofícios no Ribatejo Interior através de projeto da TAGUS em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância;
 - Assinámos o Contrato de Comodato entre o Município de Sardoal e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Sardoal e elaborámos os procedimentos com vista à candidatura para a requalificação da Igreja Matriz.
- ✓ Na área do **Desporto e Recreio**:
- Continuámos em colaboração com a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, a dinamização e promoção da mesma;
 - Realizámos eventos desportivos como as Corridas da Liberdade e o IX Trail Terras do Sardão;

- Demos apoio a todas as associações e grupos desportivos na prossecução dos seus planos e necessidades desportivas (apoio financeiro, logístico e técnico);
 - Realizámos trabalhos de manutenção e dinamizámos os diferentes percursos pedestres;
 - Disponibilizámos as condições necessárias à prática desportiva de lazer no parque desportivo municipal, nomeadamente às associações locais;
 - Disponibilizámos a toda a população, aulas de adaptação ao meio aquático, aprendizagem de natação, hidrosénior, hidroginástica e hidro +;
 - Em articulação com a Federação Portuguesa de Voleibol, realizámos as finais nacionais do campeonato de iniciados femininos;
 - Apoiámos à instalação do Parque Infantil na Venda Nova.
- ✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza:**
- Voltámos a promover atividades no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
 - Demos continuidade, de forma gratuita, à recolha e encaminhamento de resíduos de construção e demolição (pequenas obras isentas de controlo prévio), equipamentos elétricos, eletrónicos, monos, verdes e óleos alimentares;
 - Participámos na gestão do Centro de Recolha Oficial, uma parceria com os municípios de Abrantes e Constância;
 - Apoiámos a constituição de colónias de gatos;
 - Desenvolvemos juntamente com os Municípios parceiros no Canil/Gatil Intermunicipal (Abrantes e Constância), de campanhas de sensibilização nesta matéria;
 - Acompanhámos as ações de defesa da floresta, incluindo a operacionalização das medidas e legislação publicadas pela Tutela;
 - Operacionalizámos o funcionamento da equipa de Sapadores Florestais sob gestão do Município de Sardãoal;
 - Procedemos à operacionalização dos programas “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”;
 - Demos continuidade às ações necessárias para a execução dos projetos “Condomínios de Aldeia”;
 - Prestámos apoio e aconselhamento aos cidadãos que recorreram ao Gabinete Técnico Florestal de Sardãoal;

- Elaborámos o PAPERSU – Plano de Ação para o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos.

1.3 Das Funções Económicas

- ✓ Dinamizámos o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção, e workshops dos produtos locais e exposições relacionadas com a história e cultura do Concelho;
- ✓ Continuámos a estabelecer parcerias e organizar diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Demos continuidade às ações do Gabinete de Apoio ao Emigrante por forma a dar resposta ao crescente número de estrangeiros que se pretendem instalar e investir no nosso território;
- ✓ Estivemos representados em diversos certames de artesanato;
- ✓ Assinatura do Contrato de Financiamento ITI Pinhal Interior - Plano de Ação dos Investimentos de Intervenção Integrada de Base Territorial.
- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia**:
 - Participámos em projetos promovidos pela Médio Tejo 21;
 - Demos início à requalificação no âmbito da eficiência energética nas piscinas municipais, no Parque Desportivo e no Centro Cultural.
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações**:
 - Continuámos com o sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT;
 - Demos início aos trabalhos de pavimentação nos arruamentos de Pisão e Tojeira;
 - Reparámos diversos caminhos, pontões e passeios em todo o Concelho;
 - Colocámos de lombas de acalmia de trânsito em Valhascos;
 - Demos início aos trabalhos de reparação das passagens hidráulicas na Serra de Alcaravela e Santa Clara.

1.4 Das Outras Funções

- ✓ Apoiámos as nossas coletividades no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- ✓ Demos continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Demos continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços;

- ✓ Realizámos o orçamento participativo e o orçamento participativo jovem.

2. Grandes Opções do Plano

Em relação à execução anual das Grandes Opções do Plano, as mesmas registaram uma execução de 65% (3,041 milhões de euros).

De referir ainda que a despesa faturada ascendeu a 3,734 milhões de euros, registando uma execução de 80%.

A rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, com valor de 916 mil euros, tendo um peso de 30%. Nesta rubrica estão incluídas as amortizações dos empréstimos de Curto e Médio Longo Prazo.

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Habitação** com um peso de 19%, com o valor total de 574 mil euros, sendo que a mesma teve uma faturação de 669 mil euros. Para tal contribuiu a empreitada dos Prédios da Tapada da Torre.

Logo a seguir posicionou-se a rubrica **Operações da Dívida Autárquica**, com valor de 717 mil euros, tendo um peso de 26%. Nesta rubrica estão incluídas as amortizações dos empréstimos de Curto e Médio Longo Prazo.

A rubrica **Cultura**, com o peso de 15%, registando pagamentos no valor de 445 mil euros, onde se inclui parte do valor da Empreitada de Requalificação do externato Santa Isabel, nova Biblioteca Municipal.

Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
1 Funções Gerais	314 445,00	141 699,00	114 467,45	81%	101 510,93	72%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	235 445,00	55 697,00	37 656,25	68%	32 413,95	58%
1.1.1 Administração geral	235 445,00	55 697,00	37 656,25	68%	32 413,95	58%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	79 000,00	86 002,00	76 811,20	89%	69 096,98	80%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	79 000,00	86 002,00	76 811,20	89%	69 096,98	80%
2 Funções Sociais	4 326 540,00	2 136 983,00	1 846 575,24	86%	1 377 606,10	64%
2.1.0 Educação	1 002 136,00	257 124,00	210 279,46	82%	183 662,63	71%
2.1.1 Ensino não superior	893 354,00	123 842,00	89 843,97	73%	72 107,30	58%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	108 782,00	133 282,00	120 435,49	90%	111 555,33	84%
2.2.0 Saúde	14 500,00	3 500,00	1 791,50	51%	1 791,50	51%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	54 550,00	47 985,00	39 587,79	83%	37 643,16	78%
2.3.2 Acção social	54 550,00	47 985,00	39 587,79	83%	37 643,16	78%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	2 177 510,00	819 980,00	746 652,78	91%	645 970,77	79%
2.4.1 Habitação	2 038 210,00	701 760,00	668 575,97	95%	574 206,13	82%
2.4.2 Ordenamento do território	29 265,00	8 740,00	8 738,31	100%	3 290,83	38%
2.4.3 Saneamento						
2.4.4 Abastecimento de água	2 500,00	1,00				
2.4.5 Resíduos sólidos	2 500,00					
2.4.6 Protecção do meio ambiente	105 035,00	109 479,00	69 338,50	63%	68 473,81	63%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 077 844,00	1 008 394,00	848 263,71	84%	508 538,04	50%
2.5.1 Cultura	929 341,00	919 876,00	777 977,69	85%	444 924,44	48%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	148 503,00	88 518,00	70 286,02	79%	63 613,60	72%
3 Funções Económicas	1 178 075,00	864 467,00	660 900,99	76%	466 543,59	54%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pescicultura	302 889,00	165 498,00	100 875,91	61%	97 185,91	59%
3.2.0 Indústria e Energia	22 592,00	10 292,00	9 291,03	90%	9 291,03	90%
3.3.0 Transportes e Comunicações	530 000,00	454 675,00	394 461,66	87%	207 769,68	46%
3.3.1 Transportes rodoviários	530 000,00	454 675,00	394 461,66	87%	207 769,68	46%
3.4.0 Comércio e Turismo	137 473,00	49 084,00	18 291,07	37%	17 848,27	36%
3.4.1 Mercados e feiras	100 000,00	259,00				
3.4.2 Turismo	37 473,00	48 825,00	18 291,07	37%	17 848,27	37%
3.5.0 Outras funções económicas	185 121,00	184 918,00	137 981,32	75%	134 448,70	73%
4 Outras Funções	752 557,00	1 540 688,00	1 112 416,58	72%	1 094 912,54	71%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	470 451,00	1 331 429,00	915 700,33	69%	915 700,33	69%
4.2.0 Transferências entre Administrações	184 723,00	168 876,00	159 091,26	94%	141 837,55	84%
4.3.0 Diversas não especificadas	97 383,00	40 383,00	37 624,99	93%	37 374,66	93%
Total	6 571 617,00	4 683 837,00	3 734 360,26	80%	3 040 573,16	65%

Comparando agora com o mesmo período homólogo, no ano de 2024, verifica-se que as **GOP'S** registaram um aumento de 259 mil euros, o que corresponde a 9%.

Para o referido resultado, foram as **Atividades Mais Relevantes (AMR)**, com um valor de 1,853 milhões de euros, que contribuíram para o referido aumento, ascendendo o mesmo a 510 mil euros.

Já o **PPI** registou uma diminuição no valor de 251 mil euros, fixando-se no valor de 1,188 milhões de euros.

Individualmente a função que registou o maior aumento foi a **Habitação**, registando aumento no valor de 574 mil euros, tendo este aumento sido influenciado pelo PPI, até porque nesta mesma função as AMR, registaram um valor residual. Como foi dito já anteriormente, os gastos com a Empreitada das Habitações da Tapada da Torre foi o fator principal para justificar o referido aumento.

Em sentido contrário verificamos a Função, **Administração Geral**, que foi a que maior descida registou, com o valor de 113 mil euros.

Abaixo apresenta-se um quadro com os valores registados em 2023 e 2024.

Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2023
	2 023		2 024				
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	Peso	
1 Funções Gerais	165 861,93	55 689,78	83 510,93	18 000,00	101 510,93	3%	-54%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	107 776,45	37 689,78	32 413,95		32 413,95	1%	-78%
1.1.1 Administração geral	107 776,45	37 689,78	32 413,95		32 413,95	1%	-78%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	58 085,48	18 000,00	51 096,98	18 000,00	69 096,98	2%	-9%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	58 085,48	18 000,00	51 096,98	18 000,00	69 096,98	2%	-9%
2 Funções Sociais	1 025 926,82	371 861,77	746 304,46	631 301,64	1 377 606,10	45%	-1%
2.1.0 Educação	163 503,83	92 726,98	94 676,42	88 986,21	183 662,63	6%	-28%
2.1.1 Ensino não superior	139 501,57		72 107,30		72 107,30	2%	-48%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	24 002,26	92 726,98	22 569,12	88 986,21	111 555,33	4%	-4%
2.2.0 Saude	535,48		1 791,50		1 791,50	0%	235%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	5 522,70	32 213,90	5 718,16	31 925,00	37 643,16	1%	0%
2.3.2 Ação social	5 522,70	32 213,90	5 718,16	31 925,00	37 643,16	1%	0%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	24 650,74	8 378,97	582 054,79	63 915,98	645 970,77	21%	1856%
2.4.1 Habitação	146,79		574 206,13		574 206,13	19%	391075%
2.4.2 Ordenamento do território	889,26		3 290,83		3 290,83	0%	270%
2.4.3 Saneamento							
2.4.4 Abastecimento de água							
2.4.5 Resíduos sólidos	738,00						-100%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	22 876,69	8 378,97	4 557,83	63 915,98	68 473,81	2%	119%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Recreação	831 714,07	238 541,92	62 063,59	446 474,45	508 538,04	17%	-52%
2.5.1 Cultura	826 362,73	189 853,92	56 100,44	388 824,00	444 924,44	15%	-56%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	5 351,34	48 688,00	5 963,15	57 650,45	63 613,60	2%	18%
3 Funções Económicas	242 028,73	101 133,85	320 779,09	145 764,50	466 543,59	15%	36%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pescas		33 089,70	76 007,11	21 178,80	97 185,91	3%	194%
3.2.0 Indústria e Energia	8 656,09		9 291,03		9 291,03	0%	7%
3.3.0 Transportes e Comunicações	121 514,52		207 769,68		207 769,68	7%	71%
3.3.1 Transportes rodoviários	121 514,52		207 769,68		207 769,68	7%	71%
3.4.0 Comércio e Turismo	111 858,12	14 489,40	17 848,27		17 848,27	1%	-86%
3.4.1 Mercados e feiras							
3.4.2 Turismo	111 858,12	14 489,40	17 848,27		17 848,27	1%	-86%
3.5.0 Outras funções económicas		53 554,75	9 863,00	124 585,70	134 448,70	4%	151%
4 Outras Funções	5 292,95	813 877,08	37 374,66	1 057 537,88	1 094 912,54	36%	34%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		716 987,27		915 700,33	915 700,33	30%	28%
4.2.0 Transferências entre Administrações Locais		96 889,81		141 837,55	141 837,55	5%	46%
4.3.0 Diversas não especificadas	5 292,95		37 374,66		37 374,66	1%	606%
Total	1 439 110,43	1 342 562,48	1 187 969,14	1 852 604,02	3 040 573,16	100%	9%
Diferença 2024 - 2023			-251 141,29	510 041,54	258 900,25		

Município de Sardoal, 18 abril de 2024

O Órgão Executivo